

Conferência

Universidade de Aveiro ❖ EuroDefense-Portugal

Comissão Organizadora

Prof. Doutor José Manuel Moreira (UA)

Prof. Doutor André Azevedo Alves (UA)

Dr. Filipe Teles (UA)

Dr.ª Sandra Bastos (UA)

Tiago Alves (UA)

Bruno Machado(UA)

MGen. Augusto Melo Correia (EuroDefense-Portugal)

Cor. António Rosas Leitão (EuroDefense-Portugal)

Cor. Américo Rodrigues Paula (EuroDefense-Portugal)

Dr.ª Ana Isabel Xavier (DECIDE)

Dr. Fábio Nazário Figueiras (DECIDE)



universidade de aveiro



Secção Autónoma de Ciências Sociais,
Jurídicas e Políticas

Universidade de Aveiro

Campus Universitário de Santiago

3810-193 Aveiro

Tel.: (351) 23 437 24 82

e-mail: ec@csjp.ua.pt

Web: <http://www.ua.pt/csjp>

Centro de Estudos
EuroDefense-Portugal

Praça das Indústrias

1300-307 Lisboa

Tel.: 21 360 11 15 / 12 44

e-mail: eurodef@aip.pt

Web: <http://eurodefense.aip.pt>



CENTRO DE ESTUDOS
EuroDefense – Portugal

Conferência

O Estado e o novo quadro da Segurança e Defesa Europeia – Desafios e Opções para Portugal –



Sínteses EuroDefense – 19

Aveiro, Novembro de 2010

...“PROMOVER A IDENTIDADE EUROPEIA DE SEGURANÇA E DEFESA” ...

O EuroDefense-Portugal funciona como Organização Não Governamental (ONG) apoiada administrativa e financeiramente pelos seus fundadores, estando aberto à participação ou apoio de outras entidades militares, empresariais e científicas.

Tem como principais finalidades:

- Estudar questões relativas à segurança e defesa da Europa, em particular as que tenham interesse para a indústria de defesa e para as actividades das associações empresariais;
- Servir de fórum, promover o debate, organizar estudos e efectuar investigação sobre as matérias do seu âmbito e difundir os seus resultados;
- Trocar informações e organizar actividades com os outros congéneres europeus.

O EuroDefense-Portugal é membro da rede de Associações EuroDefense que começou a ser constituída em 1994 com o fim de promover a identidade europeia de segurança e defesa e contribuir para o desenvolvimento de um “espírito de defesa”. Para além de Portugal, existem Associações EuroDefense na Alemanha, na Áustria, na Bélgica, na Espanha, na França, na Grécia, na Holanda, na Hungria, na Itália, no Luxemburgo, no Reino Unido e na Roménia.



CENTRO DE ESTUDOS EURODEFENSE-PORTUGAL

MEMBROS FUNDADORES

Associação Industrial Portuguesa
Instituto da Defesa Nacional

CORPOS SOCIAIS

CONSELHO GERAL

Presidente

Dr. João Salgueiro

Vice-Presidente

TGen Abel Cabral Couto

Vogais

Dr.ª Maria Perpétua Rocha

Dr. António Barbosa da Silva

Comendador Henrique Neto

TGen Eduardo Mateus da Silva

Dr. João Gomes Esteves

DIRECÇÃO

Presidente

Dr. António Figueiredo Lopes

Vice-Presidente

MGen Augusto J. Melo Correia

Secretário-Geral

CAlm José Alves Correia

Colecção Sínteses EuroDefense

para Portugal” (Julho de 2008)

Síntese 17 – Conferência “O novo quadro da Segurança e Defesa Europeia - Desafios e Opções para Portugal” (Junho de 2010)

Síntese 18 – Mesa Redonda “Portugal e a Estratégia Europeia de Segurança - Desafios e Condicionantes” (Maio de 2010)

Síntese 19 – Conferência “O Estado e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia” (Novembro de 2010)

Conferência

O Estado e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia

Desafios e opções para Portugal

9 de Novembro de 2010

Universidade de Aveiro

Auditório do Departamento de Engenharia Mecânica

Campus Universitário de Santiago

Colecção Sínteses EuroDefense

- Síntese 1 – Mesa Redonda “Portugal e a PESD” (Maio de 2003)
- Síntese 2 – Mesa Redonda “A Construção Europeia – Que Espaço Estratégico para Portugal” (Julho de 2003)
- Síntese 3 – Mesa Redonda “Portugal e a PESD no Pós-Alargamento” (Setembro de 2004)
- Síntese 4 – Mesa Redonda “Portugal e a PESD no Quadro do Tratado Constitucional” (Junho de 2005)
- Síntese 5 – Mesa Redonda “A Crise da União Europeia – Implicações para Portugal” (Novembro de 2005)
- Síntese 6 – Mesa Redonda “Cooperação estruturada na PESD – um novo instrumento de parceria?” (Março de 2006)
- Síntese 7 – Seminário “Uma União Europeia mais Coesa e mais Segura” (Julho de 2006)
- Síntese 8 – Conferência “Portugal e a Agência Europeia de Defesa – Oportunidades para a Indústria Nacional”
- Síntese 9 – Mesa Redonda “A Economia de Defesa – Sua integração no planeamento estratégico” (Setembro de 2006)
- Síntese 10 – Mesa Redonda “As Contrapartidas como instrumento da Economia de Defesa” (Janeiro de 2007)
- Síntese 11 – Seminário “A segurança e a defesa da UE e as empresas portuguesas” (Fevereiro de 2007)
- Síntese 12 – Mesa Redonda “A União Europeia e o conflito do Líbano” (Abril de 2007)
- Síntese 13 – Mesa Redonda “A União Europeia e as relações com África” (Novembro de 2007)
- Síntese 14 – Mesa Redonda “O Ambiente, a Energia e a Segurança na Cimeira EU - África” (Dezembro de 2007)
- Síntese 15 – Mesa Redonda “Implicações do Tratado de Lisboa no Quadro da PCSD” (Abril de 2008)
- Síntese 16 – Conferência “A nova PCSD – Desafios e Opções

armas nucleares, entre outras, e o aparecimento de novos actores não estatais no diálogo e na importância deste terrorismo, o Estado tem tendência a perder a importância que teve até hoje, e surge um elemento novo nesta salvação do mundo que é o cidadão, e é por isso que hoje se começa a falar na segurança humana porque os Estados vão ter cada vez menos importância na solução dos conflitos e na resolução das guerras.

Novembro 2010

Índice

Introdução	7
Temas do Debate.....	11
Programa da Conferência.....	15
Políticas Públicas de Segurança e Defesa: o papel do Estado e dos Cidadãos.....	17
<i>Dr. Filipe Teles,, Universidade de Aveiro</i>	
A Percepção dos Estudantes da UA sobre a Política de Defesa.....	23
<i>Dra. Cristina Ignat</i>	
A Percepção dos Estudantes da UA sobre a Política de Defesa.....	33
<i>Prof. Doutora Ana Isabel Xavier, da DECIDE</i>	
Síntese da Conferência	
Introdução	39
A evolução da Estratégia Europeia de Segurança - opções para Portugal”	41
<i>General Abel Cabral Couto</i>	
Políticas Públicas de Segurança e Defesa: o papel do Estado e dos Cidadão”	45
<i>Dr. Filipe Teles</i>	
“A participação de Portugal na Política Comum de Segurança e Defesa. Que papel para os jovens?”	48
<i>Dra. Cristina Ignat</i>	
“A participação de Portugal na Política Comum de Segurança e Defesa. Que papel para os jovens?”	51
<i>Prof. Doutora Ana Isabel Xavier</i>	
Debate	54
Conclusão	57

individuais dos Estados. O cenário sempre que se viveu na Europa, através dos tempos, é de alianças feitas hoje e dissolvidas passados meses.

Actualmente, vive-se num paradoxo relativamente considerável, onde a questão da segurança e das forças armadas é fundamental, sobretudo para os jovens, pois são eles quem dará continuidade. A exigência nos dias de hoje, em que vivemos uma crise económica bastante grande, reside na capacidade de cortar nas defesas nacionais e na segurança, aspectos que se tornam visíveis em toda a Europa. No entanto, sabe-se que as exigências da segurança não vão diminuir, vão antes aumentar, a própria mudança do paradigma da segurança vai exigir que as próprias forças de segurança e as próprias forças armadas se transformem, ou seja, despendam mais dinheiro.

Este paradoxo é o que os jovens irão encontrar no mundo muito brevemente, porque se julga efectivamente que com as grandes mudanças que está a viver, a população a decrescer, a pobreza e a incidência a aumentar, as alterações climáticas, entre outras, vão trazer exigências muitíssimo maiores na segurança, e as decisões têm que ser tomadas hoje para que elas tenham reflexo daqui a 10 anos. Um ciclo de produção de armamento leva, normalmente, 15 anos. Desta forma, seja uma aliança, seja um país, se os seus governantes olharem para o futuro e perspectivarem que existem determinados riscos e ameaças, têm de tomar decisões agora, para que dentro de 15 anos possam estar capacitados para responder.

A segurança é fundamental porque sem segurança não há emprego, não há desenvolvimento, não há estabilidade, não há progresso. Há uma grande dicotomia, que reside na discussão da relação existente entre segurança e desenvolvimento, isto é, se é primeiro a segurança ou se é primeiro o desenvolvimento. Face a isto, por um lado há quem sustente a premissa de que a UE tem prosseguido uma política errada, pois é defendido que é o desenvolvimento que traz a segurança. Todavia, actualmente verifica-se que apesar de haver uma relação íntima entre a segurança e o desenvolvimento, primeiro tem que haver a segurança porque acima de tudo há os interesses e as políticas dos Estados.

Em forma de inferência, o mundo de hoje é de uma grande incerteza e a tipologia das ameaças a que se expõe só veio aumentar esta incerteza. Como é exemplo a nova tipologia da ameaça do terrorismo, com a possibilidade da utilização das

que a maioria das pessoas, quando participam em acções de formação e de sensibilização sobre questões da UE, desconhecem o trabalho de certo tipo de instituições. Assim é importante este tipo de sensibilização, para que as pessoas possam conhecer e depois então participarem de uma forma voluntária.

Relativamente à questão acerca da entrada da Turquia na UE, destaca-se um inquérito recente, em que mais de 85% dos Turcos dizia que não queria entrar na UE e que as questões de segurança e defesa não lhes diziam nada. É assim possível conjecturar que os Turcos apenas querem a UE para poder exportar os seus produtos e importar os produtos que não têm. Esta ideia esbate-se com o que normalmente se pensa acerca do interesse da Turquia em entrar na UE.

Conclusão

Em Portugal, as questões de segurança e de defesa são, de facto, mal entendidas pelos jovens. Depois da Segunda Grande Guerra, e com a constituição da UE, vive-se numa época de crescente prosperidade, paz e tranquilidade, factor que salienta a estabilidade do país e, portanto, o debate em torno da segurança é menos habitual. Por exemplo, no Médio Oriente quando perguntam aos jovens o que é a segurança, estes sabem perfeitamente distingui-la e são também capazes de aferir se o Estado está ou não a fazer um esforço suficiente para a segurança.

Vive-se num mundo bastante egoísta, onde os problemas de segurança não se colocam porque esta é considerada como um dado adquirido. No entanto, perante uma mudança de paradigma, actualmente, aquilo que se via como uma garantia está a mudar, a prosperidade está a descer, as ameaças estão a variar e a crescer. É certo que a ameaça que a Europa viveu durante bastantes anos, de Estados a invadirem Estados, não se põe, mas existem outros tipos de ameaças, as chamadas ameaças transnacionais. São essas ameaças que não se sentem e que quando chegam é preciso ter uma resposta programada com tempo. Os países e Estados têm a responsabilidade de olhar para além do horizonte e para além da vida quotidiana, analisar quais são os riscos, os desafios e as ameaças que se põe a si próprio, ainda que se pertença a organizações internacionais que zelam por esta segurança, como é o caso da NATO e a própria União Europeia, é preciso que cada país analise as ameaças, porque apesar de todas as alianças, vão prevalecer os interesses

Introdução

Os cidadãos portugueses, sobretudo os jovens, têm participado muito pouco na concepção, construção e processo de integração da UE, que tem sido feita demasiado à margem dos europeus. Acresce que as questões de segurança e defesa colectiva não são assunto com suficiente debate, conferindo-lhes os portugueses muito baixa prioridade, como ficou bem patente não só na campanha eleitoral em 2009, como na elevada taxa de abstenção das últimas eleições para o Parlamento Europeu.

Ciente desta lacuna, o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal promove anualmente iniciativas, em colaboração e parceria com Universidades nacionais, tendentes a aprofundar o processo de participação de jovens, de patamar universitário, com o objectivo de fomentar a sua tomada de consciência para os assuntos Europeus e contribuir para a formação da opinião pública neste sector.

Com este objectivo, a Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, organizaram no Auditório do Departamento de Engenharia Mecânica Campus Universitário de Santiago, no dia passado dia 9 de Novembro de 2010, uma Conferência subordinada ao tema “*O Estado e o novo quadro da Segurança e Defesa – Desafios e Opções para Portugal*”.

Esta iniciativa teve como conferencistas as seguintes personalidades: TGen Abel Cabral Couto, do EuroDefense-Portugal, Dr. Filipe Teles, do Centro de Estudos em Governação, Competitividade e Políticas Públicas Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas Universidade de Aveiro, Dr.^a Ana Isabel Xavier, Presidente da Associação de Jovens Auditores para a Segurança, Defesa e Cidadania – DECIDE e Doutoranda na Universidade de Coimbra e a Dr.^a Cristina Ignat, Mestranda da Universidade de Aveiro, sob a moderação do Prof. Doutor André Azevedo Alves da Universidade de Aveiro.

Neste quadro, a Conferência inseriu-se no propósito de congregar a participação dos jovens universitários na reflexão e debate sobre a construção da União, não só numa perspectiva de partilha e compromisso europeus mas também de respeito

e de garantia pelos interesses nacionais. Como corolário, teve ainda como objectivo principal promover uma reflexão aprofundada sobre o actual momento da União Europeia face ao Tratado de Lisboa, em particular no âmbito da segurança e defesa e sua conexão com os interesses de Portugal.

Com o propósito de assegurar uma participação empenhada dos alunos da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, da Universidade de Aveiro, estiveram presentes na organização e participação neste evento as associações de estudantes da área das relações internacionais, designadamente: a Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro; e o Núcleo de Estudantes de Administração Pública da Universidade de Aveiro (NEAP).

Na sessão de abertura, perante um auditório repleto de jovens universitários interessados e participativos, cuja adesão foi demonstrativa do interesse pela temática, usaram da palavra o Prof. Doutor Eduardo Anselmo Ferreira da Silva, Vice-Reitor da Universidade de Aveiro, o Dr. António Figueiredo Lopes, Presidente EuroDefense-Portugal, e o Prof. Doutor José Manuel Moreira Coordenador da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas

Congratulamo-nos com a excelência, a clareza, a profundidade e a oportunidade das exposições feitas pelos conferencistas do painel “*O novo quadro estratégico Europeu*”, onde sucessivamente foram analisadas o novo conceito estratégico da NATO e a parceria estratégica renovada EU-NATO, a avaliação da implementação da Estratégia Europeia de Segurança e as alterações mais significativas do Tratado de Lisboa, o reforço da parceria estratégica UE-EUA, o papel dos jovens na política Europeia de Segurança e Defesa e as implicações para os Estados-membros e os desafios e opções que se colocam para Portugal.

Merece igualmente referência muito especial o trabalho harmonioso, coordenado e coerente desenvolvido pela Comissão Organizadora, constituída pela Prof. Doutor José Manuel Moreira (UnAveiro), MGen Augusto Melo Correia (ED-Portugal), Cor António Rosas Leitão (ED-Portugal), Cor Américo Rodrigues Paula (ED-Portugal), o Coordenador Científico Prof. Doutor André Azevedo Alves (UnAveiro), Dr. Filipe Teles (CEGPP), Dr.ª Sandra Bastos (UnAveiro), Dr.ª Ana Isabel Xavier (DECIDE), Dr. Fábio Nazário Figueiras (DECIDE-Aveiro), e aos

Doutor Filipe Teles

O facto de se viver em paz e a segurança não ser tão valorizada como em alguns países, a falta de consciencialização pode tornar-se um grande desafio e, portanto, esta questão deve ser discutida. Relativamente à falta de valorização, esta acontece pois não há capacidade de internalizar os ganhos em termos individuais, provenientes do bem público da defesa nacional. Contudo, deseja-se uma defesa de segurança forte para se ser mais livre. Embora possam existir soluções para a resolução deste problema da falta de valorização, existem defensores de que essa solução não passa pela consciencialização. De facto, a internalização destas temáticas na sociedade não passa pela sensibilização, em que o excesso das campanhas de sensibilização agrava muitas vezes a “doença”. Os dados da Dra. Cristina Ignat evidenciam que tudo o que é mais distante do indivíduo é mais difícil de internalizar. Importa acima de tudo detectar o verdadeiro problema, ao invés de serem ajustadas diferentes curas, susceptíveis de não serem adequadas e que em nada resolvem o problema. Para finalizar esta reflexão, lembra-se que as questões da segurança e defesa são das mais sensíveis e que uma resposta normalmente utilizada é que esta é fundamental para que o indivíduo continue a cuidar de si. E, por existir esta dificuldade, é que muitas vezes se atribui à esfera de defesa do Estado.

O papel das Forças Armadas na segurança dos indivíduos deve ser de natureza complementar. Assim, o papel central deverá ser ocupado pelos próprios cidadãos.

Dra. Ana Xavier

A importância de dar ao aumento de despesa pública e também a importância da participação dos jovens nestas temáticas suscitam diferentes posturas. Os políticos são os que melhor podem responder relativamente aos gastos em despesa pública. Contudo, é preponderante explicitar que a quantidade despendida não significa qualidade, visto poder gastar-se muito em despesa pública, mas gastar-se mal.

O facto de serem debatidos possíveis impostos europeus para a questão da segurança e defesa é um aspecto redutor, dado que a maioria dos europeus iria dizer que não queria, pelo facto de verem a sua carga fiscal aumentar. Não existe um excesso de sensibilização relativamente às questões de cidadania, considerando

não fizeram algo que está inerente ao vocábulo segurança, uma vez que segurança significa “cuidar de si” e a maior parte dos decisores públicos não cuidam ou não cuidaram da coisa pública e depois foram surpreendidos pelas situações, porque não se precaveram a tempo.

Todavia, é ainda suscitada a questão de existir ou não coordenação entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança, pelo que, em caso da resposta ser afirmativa, como é feita essa coordenação? Deste modo, com base nos pressupostos apresentados anteriormente em tempos de Paz, estas duas Forças têm funções bem diferenciadas, pertencendo inclusivamente cada uma delas a ministérios diferentes. Assim, as Forças Armadas têm uma preocupação com as ameaças externas, ao passo que as forças de segurança têm uma preocupação mais interna. Contudo, em tempo de guerra, a legislação permitia essa coordenação, na medida em que as forças policiais passavam a estar sob alçada do Chefe de Estado Maior Geral das Forças Armadas.

Uma outra questão colocada diz respeito à entrada da Turquia na União Europeia e quanto às consequências dessa mesma entrada. A entrada da Turquia é “politicamente incorrecta”. Esta afirmação resulta da perspectiva em que não se pode usar o argumento da identidade europeia para esta não poder entrar na UE, pois não existe uma língua que a diferencie, existindo apenas identidades nacionais. Ainda relativamente à identidade nacional, um argumento espacial deve ser questionado, de forma a perceber quais são os limites naturais da Europa e até onde esta se pode alargar.

Após uma reflexão do papel das Forças Armadas, é importante discutir se as Forças Armadas são um peso morto na economia, ou um factor de desenvolvimento. Neste sentido, argumenta-se que muito do que existe actualmente de sofisticado foi desenvolvido na defesa, pois a defesa lida com questões de sobrevivência. Para elucidar tal questão, enumera-se o exemplo dos E.U.A, que impulsionaram a capacidade tecnológica na defesa e que esta se repercutiu posteriormente na sociedade civil.

representantes dos alunos Tiago Alves e Bruno Machado da UnAveiro, reflectindo a parceria alargada que se constituiu para levar a bom termo esta iniciativa.

Realça-se também a metodologia que presidiu à organização desta Conferência, particularmente orientada para a participação efectiva do Núcleo de Estudantes de Administração Pública da Universidade de Aveiro na sua preparação e realização, onde se evidenciam nesta publicação os textos compilados e elaborados pelos alunos da Universidade de Aveiro.

Nesta participação dos jovens universitários na reflexão e debate das temáticas em análise na Conferência, salienta-se o trabalho muito interessante e competente de um grupo de alunos do NEAP, sob a orientação científica da Prof. Doutor André Azevedo Alves e o empenhamento pessoal e liderança do processo, com o contributo generoso e eficaz de um grupo de alunos e da Dra. Sandra Bastos, sobretudo na fase final de preparação da Conferência, onde os aspectos logísticos e organizacionais assumem uma importância fundamental, não teria sido possível termos alcançado o enorme sucesso que alcançámos se empenharam não só nos apoios logísticos necessários para a realização desta Conferência em Aveiro, como prepararam e elaboraram documentos que serviram de base às intervenções na Sessão de Abertura e na fase de Debate, realizando ainda um excelente trabalho de compilação e síntese das inúmeras e oportuníssimas intervenções que tiveram lugar durante o Debate, que constitui a base deste edição.

Aqui renovamos os nossos agradecimentos à Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, da Universidade de Aveiro da Universidade do Minho, em Braga, que acolheu esta Conferência, nomeadamente ao Prof. Doutor José Manuel Moreira, a cuja visão estratégica da importância da sociedade civil no mundo de hoje se deve a realização e o sucesso desta Conferência, e a todos os que nela participaram. Agradecimento e realce particular deve ser feito aos distintos conferencistas, ao excelente papel de liderança da Prof. Doutor André Azevedo Alves, na sua qualidade de coordenador científica da Conferência e de incansável e eficaz elo de ligação com o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, às Associações DECIDE, Associação de Estudantes da Universidade de Aveiro e ao NEAP, aos estudantes que generosamente e de forma muito competente colabora-

ram nos trabalhos e à Comissão Organizadora que teve vontade e capacidade para organizar e conjugar os esforços necessários para o êxito desta iniciativa.

Por último, salienta-se uma vez mais a importância na metodologia de congregação da sociedade civil na organização e divulgação deste Seminário, particularmente orientada pela participação efectiva dos Estudantes de Administração Pública na preparação e da realização da Conferência. O número elevado de alunos que desde o início da Conferência esteve presente e participou de forma activa e interessada, número este que se manteve muito significativo mesmo até ao final do evento, com destaque para a elevada percentagem de raparigas, a par da qualidade e variedade das questões postas durante o frutuoso período de debate, não só constituiu um grande prazer e realização pessoal, como permite afirmar que foram alcançados com pleno sucesso os objectivos que a organização se propôs, isto é, fomentar a sensibilização e participação activa dos jovens universitários na reflexão e debate sobre o processo de construção e integração da União Europeia, nomeadamente nos aspectos mais significativos da política comum de segurança e defesa.

Lisboa, Novembro de 2010

O Presidente da Direcção

António Figueiredo Lopes

Debate

General Abel Cabral Couto

O discurso do senhor General Abel Cabral Couto subentendeu a ideia de não se ter assistido a um crescimento em termos de defesa, pelo que a questão que surge implica a necessidade de perceber se tal crescimento é possível e desejável. Neste sentido, apela-se a alguma relativização, uma vez que a análise desta questão depende da perspectiva de cada um face à validade dos conceitos de Nação e Supranacional. Por um lado, existem os defensores irredutíveis da nação, que vêem como negativo tudo o que sejam características supranacionais. Por outro lado, existem aqueles que vêem o conceito de nação como algo ultrapassado e que o caminho é para construir algo superior, como um espaço europeu ou até um governo Mundial.

Para melhor elucidar a sua resposta, o senhor General fez a comparação entre a propriedade vertical e a propriedade horizontal. A propriedade vertical corresponde à típica habitação, em que um proprietário é dono da sua casa, desde o telhado até à base. A propriedade horizontal corresponde a um apartamento em determinado prédio. Esta ilustração permite comparar a UE a uma propriedade horizontal, em que o núcleo central continua a pertencer às nações. A Europa é um sistema de propriedade horizontal, com certas soberanias específicas e certas soberanias partilhadas, em que as nações adquirem soberania, também em coisas que não eram soberanas. A Europa tem avançado no capítulo de segurança e defesa, mas sob a óptica de uma Europa como instrumento e não de uma Europa como fim. É neste prisma que está interessado numa UE forte e desenvolvida, de forma sentir-se mais seguro, pois o nosso vizinho é mais um companheiro que um potencial inimigo. É nesta lógica que a resposta depende da perspectiva que cada um tem relativamente a este jogo de interacções entre as nações e a UE.

No que se refere à valorização da defesa, existe um grave problema conceptual. É que, nas questões da defesa, as decisões a tomar não correspondem a situações do imediato, mas a situações futuras. O problema reside no facto de que muitas vezes os governos não tomam as decisões de uma forma atempada, sendo frequentemente surpreendidos quando surgem situações concretas. Isto acontece porque

para a “base”, ligando com uma expressão que vulgarmente associamos às novas questões de segurança, esta não seria uma questão “top down”, nem “botton down”, mas sim “cross cutting”.

Para além disso, o fim do serviço militar obrigatório entra também em contraciclo, pelo menos em Portugal, afastando estes temas da esfera e da prioridade dos jovens, que se alistam nas forças de segurança sobretudo em busca de uma estabilidade profissional garantida, mais do que vocação ou desejo de serviço à pátria. Existe o dia de defesa nacional, que é a abordagem oficial à sensibilização dos jovens em assuntos da esfera de segurança e defesa e que este ano recebeu pela primeira vez mulheres, numa lógica de inclusão e igualdade, mas que por si só é ineficaz para uma abordagem às questões de segurança e defesa que aproximem os jovens de uma discussão mais informada.

Consequentemente, há um sinal que vem da Europa que é o Erasmus militar, um programa de intercâmbio, que visa a troca de experiência militar com vista a uma melhor compreensão de diferentes abordagens de formação existentes e permuta de valores culturais e de Estado. No que respeita aos civis, o tratado de Lisboa criou um corpo de voluntários para a ajuda humanitária, enquadrando contributos comuns dos jovens europeus para as acções de ajuda humanitária da União. Se por um lado facilmente se defende que a Europa não responde às expectativas dos jovens europeus, deve reflectir-se se não serão os jovens europeus que devem estar mais preparados para se informarem e envolverem na construção do seu próprio futuro.

Em género de conclusão, recorda-se que Helen Keller disse que era “apenas uma, mas pelo menos sou uma. Não posso fazer tudo mas posso fazer algo; e não é porque não posso fazer tudo que vou recusar-me a fazer aquilo que posso fazer”. Infere-se assim que os jovens não podem ser o futuro, mas sim o presente, porque o presente vive-se aqui e agora. Do mesmo modo, as questões de segurança e defesa, pelo seu imediatismo e carácter global, têm que concorrer para uma consciência colectiva de pertença e, sobretudo, de decisões.

Temas do Debate

Num previsível cenário de evolução das ameaças ao sistema de segurança internacional, enquanto os conflitos nos Balcãs, em África, no Médio Oriente e na Ásia Central/Afeganistão persistirem e o risco de terrorismo na Europa se perpetuar, maximizar a eficácia e adaptabilidade da actual Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia (PCSD) continuará a ser uma das grandes prioridades da UE e dos Estados-membros.

Os EUA, com a actual Administração Obama, alteraram a sua postura estratégica, tendo passado a contar com a Europa para uma partilha da liderança e uma abordagem mais forte, mais comprometida e mais coerente perante os novos, multifacetados e complexos desafios e ameaças à segurança e estabilidade internacional. A presente política externa dos EUA pode constituir assim uma janela de oportunidade para o aumento da eficácia do multilateralismo face aos crescentes desafios da segurança regional e internacional.

Neste contexto de mudança da atitude estratégica nas relações transatlânticas torna-se necessária a urgente redefinição de prioridades para a Segurança Europeia, no quadro de um novo sistema de segurança euro-atlântico. O reforço e a flexibilização de uma parceria estratégica renovada UE-NATO e UE-EUA, bem como a implementação da Estratégia Europeia de Segurança à luz das orientações do Tratado de Lisboa, são etapas fundamentais no processo de mudança de atitude estratégica que irá reflectir no desenvolvimento de capacidades e partilha de tarefas e responsabilidades.

No quadro do multilateralismo efectivo, em que medida as capacidades, as fraquezas e os recursos individuais dos Estados-membros vão influenciar a implementação de uma estratégia de segurança e defesa colectiva da Europa?

Que mais poderá ser feito no quadro de uma nova arquitectura de segurança euro-atlântica para reforçar o desenvolvimento coordenado de capacidades civis e militares, alcançar os objectivos do Tratado de Lisboa no que respeita à implementa-

ção do Serviço Europeu de Acção Externa e no reforço de capacidades através da “Cooperação Estruturada Permanente”, respondendo em simultâneo à complexidade crescente das ameaças à segurança internacional (alterações climáticas e recursos escassos, segurança energética, ciberterrorismo, proliferação de armas de destruição maciça, terrorismo e pirataria marítima)?

Em que medida a “Cooperação Estruturada Permanente” poderá contribuir para melhorar as capacidades da PCSD e dinamizar a integração no sentido de, progressivamente, se caminhar para uma Europa de Defesa?

No quadro de um novo Conceito Estratégico da NATO deve a Aliança ter uma estratégia global como “polícia” ao serviço da segurança global, abarcando um largo espectro de operações de gestão de crises, estabilização e apoio aos esforços de reconstrução pós-conflito, ou deve actuar mais como “parceiro” e regressar à sua original *“raison d’être”* como provedor da defesa colectiva europeia? Deverá a Aliança evoluir no sentido de desenvolver também uma capacidade civil de resposta a gestão de crises?

Face à emergência das potências asiáticas e à inevitável formulação de um conceito de “Novo Ocidente”, de que forma é que os europeus são afectados pela “nova” relação entre EUA e os asiáticos?

De que forma é que as “novas” relações transpacificas afectam a “velha” relação transatlântica, incluindo a Aliança Atlântica? Como adaptar a ordem internacional criada em 1945 à realidade actual marcada pela emergência das potências asiáticas e pelo aparente declínio do eurocentrismo num mundo pós-atlântico?

Organizada em parceria pela Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas, Universidade de Aveiro, e pelo Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, a Conferência sobre “O Estado e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia: desafios e opções para Portugal”, visa:

Reflectir e debater o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia e sua conexão com os interesses de Portugal, tendo em consideração:

- implementação do Tratado de Lisboa, designadamente no que se refere à política externa, em que assume particular relevância a criação do Serviço

visto que só 4% dos jovens europeus participa em partidos políticos ou associações e destes 4% metade é em clubes desportivos.

Um artigo do jornal “O Público” de 07/06/2009, a mesma data das eleições, tinha como título “geração nascida após a adesão à União, gosta da Europa, mas não da política”. O argumento da notícia era simples, quem tem hoje entre 18 e 23 anos, sente-se europeu, mas pouco ou nada sabe sobre a dimensão política na União Europeia e votar hoje é algo sem sentido. De facto, os jovens parecem partilhar uma identidade europeia, porque viajam, estudam e trabalham sem fronteiras, mas não se vêem integrados na Europa política, nem dos partidos. Será porque, segundo dados do Eurostat, o desemprego atinge 14% dos jovens europeus, 70% com empregos temporários e precários ou a recibos verdes e muitos destes jovens já licenciados? Sabendo ainda que a actual situação se pode novamente agravar com a crise política, mas a questão suscitada consiste em perceber como esta situação se vai reflectir na causa europeia?

Os jovens enquanto agentes de mudança de paradigma e de consciencialização para o mundo que os rodeia e para a própria política de segurança e defesa devem ser sensibilizados e envolvidos na construção de uma identidade europeia de segurança e defesa comum. Jovens bem formados, motivados para uma cidadania e identidade europeia comum podem vir a esbater no futuro as barreiras socioculturais e económicos que muitas vezes estão na origem de conflitos à escala regional, desde logo na própria Europa. Os jovens podem ser assim considerados como um veículo de prevenção de conflitos presentes junto da comunidade, da família, dos amigos, mas também veículo de prevenção futura quando forem decisores activos, reforçando a cidadania e fortalecendo a identidade europeia, como a quebra de barreiras e partilha do ideal de Europa comum.

A política europeia da juventude tem vindo a cimentar a ideia do método aberto, de coordenação, transversalmente a juventude é o agente activo de todas as matérias que influenciam as suas vidas e que emanam de Bruxelas. No entanto, ao nível da política de segurança e defesa os jovens têm estado afastados deste processo. Continua a ser uma área dominada pelo meio militar e com pouca abertura para a sociedade civil. Neste domínio, em particular, a desconstrução dos conceitos de segurança e defesa, sobretudo a partir do “topo”, afiguram-se imperativos

“A participação de Portugal na Política Comum de Segurança e Defesa. Que papel para os jovens?” (cont.)

Dra. Ana Isabel Xavier

A reflexão que se propõe incide sobre a compreensão de como se podem perspetivar as questões de segurança e defesa num quadro nacional e internacional, enquadrando os jovens na vivência de uma cidadania activa, com uma voz consciente e interventiva no mundo que os rodeia. Que ferramentas políticas, associativas e académicas estão ao dispor da sociedade e dos jovens em particular para essa reflexão e acção?

As noções tradicionais de segurança e defesa têm vindo a alterar-se, quer na literatura académica, quer na praxis dos Estados, a partir das abordagens mais centradas no Estado até à segurança Humana. A percepção das questões de segurança e defesa por parte da sociedade em geral e dos jovens em particular tem-se alterado também e a pertença à União Europeia tem vindo a reforçar os debates sobre a identidade de segurança e defesa que une todos os Europeus.

É a pensar exactamente nestas questões que a União Europeia se tem multiplicado em acções de sensibilização para os assuntos de segurança e defesa da sociedade em geral e dos jovens em particular, inculcando um conceito arejado de unidade e identidade europeia. Nunca, como nos últimos anos, se investiu tanto em planos de comunicação sobre a Europa e na aproximação dos cidadãos às instituições através de grupos europeus, como o Centro de Informação Europeia Jacques Delors em Lisboa, a rede conferencista Team Europa, os centros Europe Direct e a documentação europeia espalhada pelos países. A verdade é que, nas eleições europeias de 2004, 77% dos jovens europeus entre os 18 e os 24 anos não votaram, por isso a mediatização das últimas eleições Europeias, de forma a seduzir os jovens, não foi surpreendente. Houve efectivamente um enorme investimento por parte do governo português, assim como por parte dos governos dos Estados Membros da União Europeia, para que as últimas eleições fossem bastante concorridas pelos jovens. As redes sociais foram envolvidas nestas questões da Europa, tendo sido convidado Luís Figo para pedir aos jovens que se mobilizassem,

Europeu de Acção Externa, e à política comum de segurança e defesa, incluindo o papel dos jovens neste contexto;

- novos riscos e ameaças identificados em 2008 no relatório de avaliação da implementação da Estratégia Europeia de Segurança (EES);
- reforço da parceria estratégica UE-EUA, mudança de atitude estratégica nas relações transatlânticas e uma maior eficácia multilateral perante os desafios da segurança internacional;
- novo Conceito Estratégico da NATO, a implementação da Estratégia Europeia de Segurança Interna e sua incidência na Estratégia Europeia de Segurança e na parceria estratégica renovada UE-NATO.

Sensibilizar a opinião pública para os assuntos comunitários, nomeadamente na vertente da Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC/PCSD).

Congregar a participação activa de jovens universitários na reflexão e debate sobre o processo de construção e integração da União Europeia, num caminho de partilha e de compromisso comunitário mas também de respeito e de garantia pelos interesses nacionais.

Imagens da Sessão de Abertura



No que concerne ao papel desempenhado pela NATO na política de segurança e defesa cerca de 77% dos inquiridos atribuíram um papel relevante à NATO na política de segurança e defesa, aproximadamente 10% discordam da relevância desse papel.

Apenas 39% dos estudantes da universidade inquiridos têm conhecimento de que o tratado de Lisboa aborda a política externa e a política de segurança e defesa. Cerca de 40% informaram que não sabem e 17% afirmaram que o tratado de Lisboa não aborda esta temática.

No que concerne à confiança nas organizações de combate ao terrorismo, nomeadamente no Governo, são poucos os inquiridos que depositam confiança no governo, cerca de 28%. Houve ainda 70% que afirmam que depositam pouca ou nenhuma confiança. Relativamente à confiança na UE, mais de metade dos inquiridos confiam na sua actuação: 50% têm muita confiança e 7% confiam absolutamente; por outro lado, 37% têm pouca ou nenhuma confiança. Porém, no que toca à NATO, há um elevado índice de confiança no combate ao terrorismo: 55% depositam muita confiança e 15% depositam absoluta confiança. A confiança nas forças armadas tem um certo equilíbrio entre os inquiridos que confiam pouco ou nada e os que confiam muito ou absolutamente.

É ainda de destacar, por último, que a questão relacionada com a percepção que os indivíduos têm face aos gastos com a defesa em percentagem do PIB, apenas 39% dos inquiridos tem a real percepção do investimento em defesa.

Em suma, ao analisar a baixa taxa de resposta, infere-se que de facto há pouca motivação dos estudantes para a temática da política da defesa. No que respeita ao grau de confiança dos inquiridos nas organizações de combate ao terrorismo, a NATO vem em primeiro lugar, seguindo-se a União Europeia e as forças armadas, o Governo ocupa a última posição. As respostas dos estudantes quando confrontados com a pergunta se o tratado de Lisboa aborda a política externa e a política comum de segurança e defesa, revelam não ter conhecimento acerca destes factos – cerca de 70% – semelhante situação também acontece no caso dos recursos usados para a defesa, onde apenas 39% responderam correctamente, aspecto que reflecte uma maior necessidade de divulgação e de mais informação destes assuntos junto dos estudantes.

preendido entre 7 e 20 de Outubro de 2010. Esta metodologia, quando comparada com os questionários feitos em papel, tem como grandes vantagens os baixos custos e uma maior facilidade em recolher e tratar os próprios dados. Por outro lado, as desvantagens prendem-se com a pouca adesão dos estudantes e o risco de o inquérito não atingir toda a população-alvo.

Todas as respostas foram confidenciais e apelou-se à participação de todos os estudantes. O inquérito aplicado foi muito breve e foi constituído por duas partes: a primeira tinha como principal objectivo a identificação de dados sócio-demográficos dos estudantes, ou seja, foram analisadas algumas variáveis, nomeadamente o sexo, a idade, o curso, bem como o ano que frequenta; a segunda parte, por seu turno, constituída por cinco questões específicas sobre a política de defesa, com o intuito de testar a percepção em relação ao terrorismo e à confiança que o inquirido tem em algumas organizações de combate e o investimento que cada estado membro da UE tem com a defesa.

No total, foram realizados 91 inquéritos dos quais se excluíram 9, ficando apenas com 82 inquéritos válidos. Da totalidade dos estudantes que responderam ao inquérito, 55% são do sexo feminino e 45% do sexo masculino. A idade dos inquiridos correspondeu ao intervalo que vai dos dezoito até aos 58 anos, tendo sido as respostas ao inquérito maior junto dos jovens – cerca de 74% encontram-se na faixa etária dos 18 aos 29 anos.

Neste tipo de estudo não existem repostas certas ou erradas, e é importante que os inquiridos tenham noção disso, de forma a não invalidar as respostas e estas serem dadas da forma mais transparente possível. Para explicitar os dados do inquérito, de seguida são apresentados um conjunto de valores associados a cada pergunta.

Relativamente à primeira questão sobre se os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington e 11 de Março de 2004 em Madrid, marcaram de forma trágica os fenómenos de transnacionalização da segurança, quase 92% consideram que estes ataques terroristas tiveram grande impacto na transnacionalização da segurança, sendo que 42,7% concordam totalmente e 48,8% concordam.

Programa da Conferência

14:15 Recepção e acolhimento dos participantes

14:30 Sessão de Abertura

Prof. Doutor Eduardo Anselmo Ferreira da Silva,
Vice-Reitor da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor José Manuel Moreira,
Prof. Catedrático da Universidade de Aveiro

Dr. António Figueiredo Lopes,
Presidente da Direcção do Centro de Estudos EuroDefense-Portugal

Tiago Alves,
Presidente da Associação Académica da Universidade de Aveiro

Bruno Machado,
Representante do Núcleo de Estudantes de Administração Pública da UAveiro

15:00 Painel “O novo quadro estratégico Europeu”

Moderador: Prof. Doutor André Azevedo Alves

Subtemas:

“A evolução da Estratégia Europeia de Segurança – opções para Portugal”

TGen Abel Cabral Couto

“Políticas Públicas de Segurança e Defesa: o papel do Estado e dos Cidadãos”

Dr. Filipe Teles

“A participação de Portugal na Política Europeia de Segurança e Defesa - que papel para os jovens?”

Dr.ª Cristina Ignat e Dr.ª Ana Isabel Xavier

16:30 Debate

17:30 Encerramento

Prof. Doutor André Azevedo Alves

Major General Augusto de Melo Correia

“A participação de Portugal na Política Comum de Segurança e Defesa. Que papel para os jovens?”

Dra. Cristina Ignat

O actual contexto de segurança é marcado pelo surgimento de novas ameaças, transnacionais e subestatais. Ao nível transnacional, trata-se sobretudo da criminalidade organizada, do terrorismo, do tráfico de armas e pessoas, incluindo outros desafios e ameaças que atentam a vida de milhões de pessoas. Ao nível subestatal trata-se da existência de Estados frágeis, ou em colapso institucional, bem como a multiplicação de conflitos.

Este novo contexto da realidade fez emergir duas alterações no conceito de segurança. Em primeiro lugar, não se trata apenas da segurança dos Estados, mas da segurança humana e, em segundo lugar, tendo em conta que se trata de fenómenos dos quais não se conhecem fronteiras, as respostas a estes novos riscos e desafios implicam a necessidade de intervenção multilateral baseada na parceria e na cooperação internacional. Face a este cenário, a NATO, como principal organização de segurança transatlântica, assumiu novas tarefas, trouxe novos membros e realizou missões diferentes das suas operações tradicionais na Europa. Além da NATO, os intervenientes europeus também contribuíram para este novo ambiente ao acrescentar uma componente de segurança e defesa no quadro da União Europeia, ao mesmo tempo que conjecturam novos riscos e aumentam a cooperação de segurança interna.

A entrada em vigor do Tratado de Lisboa introduziu um novo carácter à política de defesa, uma vez que é acordada uma política comum de segurança e defesa. De acordo com este novo pilar do tratado, é definida uma directiva a todos os Estados Membros de uma política de defesa comum, complementar e concorrencial com a Nato.

Quanto à metodologia do estudo, o principal objectivo consistiu em aferir a percepção dos estudantes da Universidade de Aveiro sobre a política de defesa, para o qual se utilizou como instrumento de investigação um questionário, que foi aplicado online, recorrendo à plataforma disponibilizada pelo Serviço Tecnologia e Informação e Comunicação da Universidade de Aveiro, durante o período com-

às organizações terroristas têm sido caracterizadas como o dilema do prisioneiro (Lee, 1998), com todos os países a recorrer à estratégia dominante de “sentar e esperar”. Há, no entanto, justificação estratégica evidente para isto, uma vez que a coordenação internacional possibilita economias de escala em termos de defesa, a partilha de informação e meios, a eficácia no combate a novos fenómenos, como é o caso do terrorismo internacional.

Os indivíduos carecem de compreensão de aspectos puramente económicos, não por mero desconhecimento, mas como resultado do distanciamento do indivíduo face às políticas de defesa e de segurança que, por sua vez, resulta do facto de só conseguir apropriar-se dos impactos, quando estes são mensuráveis. Quando há uma maior internalização dos ganhos destas políticas por parte dos indivíduos, está a falar-se de uma maior consciencialização e de um papel do cidadão mais activo nas políticas de segurança e defesa.

Concomitantemente, urge a necessidade de perceber quais as vantagens dos indivíduos se envolverem nestas políticas. E, a este propósito, é preponderante referir o menor potencial para o denominado free-riding, a redução de riscos de segurança coerciva, ou da imposição de segurança, bem como uma produção não Estatal de defesa, consistente com os desafios associados aos novos factores de insegurança internacional.

Em conclusão, “quem não cuida da sua segurança e defesa, quando julga que dela não precisa, arrisca-se a não possuir a capacidade de se defender, quando em situação de crise imprevisível, dela necessite desesperadamente” (EuroDefense Portugal). Enquanto indivíduos, o que se consegue é internalizar, perceber esta necessidade de cuidar da segurança e defesa, ou melhor, as políticas públicas de segurança e defesa precisam de assegurar as duas dimensões de produção, a estatal e a não estatal, o Estado e os cidadãos lado a lado. Recentrar o papel da sociedade civil na discussão em torno das políticas de segurança e defesa.

Valores e limites da “Produção Estatal de Defesa” (PED)

Notas da alocução proferida pelo Dr. Filipe Teles no Painel “O novo quadro estratégico Europeu”

Introdução

Este texto procura contribuir para a discussão em torno das políticas públicas de Segurança e Defesa. Trata-se de uma oportunidade interessante para reflectir sobre um tema normalmente afastado dos debates académicos, particularmente no domínio das Políticas Públicas. No entanto, o desafio que foi lançado (no âmbito da Conferência Eurodefense na Universidade de Aveiro), na medida em que considera a hipótese e a necessidade de tornar as expressões de Segurança e Defesa mais próximas da sociedade civil, constitui, em si mesmo, uma questão relevante de análise.

Apesar da reduzida produção de investigação no âmbito das políticas de Defesa e Segurança na perspectiva da análise de políticas públicas, já que este tem sido um domínio habitual da Teoria Política, da Estratégia e das Relações Internacionais, encontramos suficientes motivos para considerar este tema como particularmente relevante. Em primeiro lugar, o facto desta área de intervenção pública estar quase exclusivamente sob o domínio estatal, coloca-a no âmbito dos problemas a analisar sob esta lente disciplinar. Em segundo lugar, a necessidade de clarificar o papel dos cidadãos nas políticas públicas de Defesa e Segurança – desafio proposto aos convidados desta conferência, bem como o alegado distanciamento da sociedade civil destes temas obriga a uma visão enquadradora e integrada do papel do estado e dos agentes não estatais na provisão de bens públicos.

A discussão que aqui propomos centra-se na análise dos três argumentos comuns utilizados para procurar justificar aquilo que iremos designar de Produção Estatal de Defesa (PED), apresentando os fundamentos mais relevantes e expondo as suas principais limitações. Tentaremos, desta forma, contribuir para uma melhor compreensão da Produção de Políticas Públicas de Defesa

Um conjunto relevante de argumentos é habitualmente utilizado para enquadrar a justificação da via estatal para a Produção de Defesa e Segurança. De seguida procuramos analisá-los agrupando-os em três tipos: os argumentos de ordem económica, de ordem política e de ordem estratégica. A identificação de valores, mas também de diversos limites, em cada um deste tipo de justificações, resulta da lógica argumentativa que pretendemos apresentar e que, apesar da brevidade que as condições existentes para esta análise exigem, assenta num pressuposto teórico que nos orienta: o afastamento dos cidadãos das políticas públicas de Segurança e Defesa Nacional decorre das consequências e dos incentivos gerados pela aplicação prática destes três tipos de argumentos.

Argumento Económico

O argumento económico é o mais frequente e decorre da afirmação que a Defesa Nacional é um bem público, não tendo o mercado capacidade de o produzir e existindo um elevado potencial de *free-riding*. Este é, de facto, um exemplo típico de bem público: em primeiro lugar não gera rivalidade no consumo (cada cidadão usufrui da totalidade da defesa nacional produzida, sem, desta forma, restringir o consumo por outros); e, em segundo lugar, é praticamente impossível excluir cidadãos deste mecanismo.

A incapacidade de internalização dos resultados de uma política nacional de Defesa, resultante do facto de se usufruir de um bem para o qual não se suportam racionalmente custos, gera um incentivo ao não envolvimento dos cidadãos na produção deste bem.

Para uma análise deste argumento importa reconhecer que os indivíduos *sabem* que a insegurança gera custos. Este facto gera os incentivos necessários à identificação dos mecanismos indispensáveis à redução de riscos que possam provocar eventuais efeitos de ameaça à segurança da própria vida e da sua propriedade. A análise de políticas públicas – as defensivas e as pró-activas – *desenhadas* com o objectivo de reduzir estes riscos (as políticas de Segurança e Defesa Nacional) deve reconhecer um conjunto de limites ao argumento económico favorável à sua produção estritamente estatal.

A solução do consenso generalizado em torno de uma acção colectiva que responda às necessidades individuais não corresponde a uma visão realista das instituições políticas. A natureza do problema resulta daquilo que é vulgarmente conhecido ou é explicável pelo dilema do prisioneiro, porém não corresponde à solução do problema. Enquanto cidadãos, não se percebe a lógica da produção de defesa nacional, só uma situação hipotética a que John Rawls designaria de “véu da ignorância” poderia justificar a solução. Na realidade, a escolha racional do indivíduo é sempre a do *free-riding*, assumindo que para os indivíduos a opção é sempre contar que a defesa está a ser assegurada por alguém. A única justificação, para a defesa nacional ser um bem público, é o facto de ela gerar benefícios para quem a produz, quer seja o Estado o agente que garanta a protecção aos indivíduos, quer sejam os indivíduos quando se apropriam dos gastos da produção nacional.

O argumento político que assume que “as sociedades livres não acontecem por acaso, elas devem ser deliberadamente criadas e deliberadamente mantidas” é favorável à produção de políticas estratégicas de defesa. Os pressupostos básicos deste argumento são o facto de o mundo estar cada vez mais perigoso, como se constata por exemplo nas crescentes tensões associadas ao terrorismo. Espera-se assim que a intervenção militar torne o mundo menos perigoso. Outro pressuposto é o facto de a defesa nacional aumentar o prestígio internacional. No fundo, infere-se que existe uma justificação política para a produção de defesa nacional, enquanto política pública, que é o facto de esta poder estar incluída na “esfera de soberania” do Estado. A garantia da protecção da liberdade individual é a grande justificação que todos os indivíduos entendem.

O último argumento, o estratégico, refere-se à coordenação internacional que está ainda mais sujeita à distância de percepção, ao que se chama a ignorância racional dos agentes individuais, ou seja, se não se entendem os investimentos em defesa nacional, mais distante está a percepção da coordenação da defesa e segurança nacional. Neste contexto há uma crescente necessidade de coordenação internacional.

A limitação do argumento estratégico reside no distanciamento em relação ao cidadão, a defesa nacional com elevado potencial de *free-riding* internacional, tendo a NATO como exemplo. As acções de coordenação da retaliação e combate

No sentido de clarificar as ideias anteriormente expostas, serão apresentadas de seguida algumas questões relevantes, no sentido de perceber cada um dos argumentos e a influência que podem ter no contexto da sociedade.

O argumento económico justifica a chamada produção estatal de defesa, que é o mais comum nas escolas, quer de economia, de políticas públicas, de governação, de teoria política e de história do pensamento político, onde a defesa nacional é vista como um bem público. Devido à produção insuficiente do mercado há uma necessidade de produção da defesa como um bem público, que pressupõe um elevado potencial de *free-riding*, isto é, pode ser um elemento fundamental para que seja possível suportar custos o usufruir dos ganhos deste bem que é produzido. No que respeita à defesa interna, é preponderante salientar diferentes aspectos intrínsecos ao comportamento do cidadão, tendo em conta que este pode ser totalmente despreocupado, pelo facto de não existirem incentivos ao envolvimento na produção do bem, cujos ganhos não são passíveis de serem internalizados, ou captados de forma integral. É esta premissa que sustenta a defesa nacional como um bem público,

No que concerne às limitações do argumento económico, refere-se a incoerência que o argumento apresenta, aquilo a que se chama a concepção esquizofrénica do comportamento humano, que consiste na perspectiva que o indivíduo em contexto privado tem um comportamento diferente do que tem em contexto público. Todos os indivíduos são egoístas privados, quer isto dizer que em contexto privado não há preocupações com os outros, no entanto no contexto público tem de ter essa preocupação. Como forma de colmatar essa lacuna o Estado presta serviços que os indivíduos não conseguiriam com os seus comportamentos. A segunda limitação diz respeito à ideia de *free-riders*, em que o indivíduo à custa de todos usufrui de um bem. Os *free-riders* governamentais permitem que os decisores políticos e a burocracia estatal também sejam sujeitos aos mesmos incentivos dos ganhos individuais. Por último, é devido à produção deficitária de defesa nos vários sectores, que se assume que o Governo detém vantagens na produção de bens públicos, o que nem sempre é necessariamente verdade, logo esse facto pode justificar a produção deficitária de defesa.

Em primeiro lugar, o argumento não pode assentar na incoerência que resulta de considerar que os indivíduos em contexto privado são egoístas e em contexto de decisão pública são altruístas. Esta concepção ‘esquizofrénica’ da natureza humana privada e pública (esta última mais ‘angelical’ do que a primeira) tende desvalorizar e a não reconhecer as deficiências dos mecanismos de provisão pública de bens. Nesta perspectiva, o estado teria uma capacidade bondosa de prestar um serviço que os indivíduos, por si só, seriam incapazes de fazer; ou, pior, fariam de forma absolutamente desproporcionada e desigual.

Quanto ao *free-riding*, sendo coerente com o argumento anterior, importa reconhecer também o elevado potencial que os agentes públicos detêm de exercer um controlo sobre a produção de bens – sem a equivalente *responsabilidade de custos* – com a expectativa de deles usufruírem. Importa reconhecer que o decisor público e, em particular, o burocrata estatal está sujeito ao mesmo *corpo de incentivos* resultante dos esperados ganhos individuais. Para além do reforço da burocracia estatal associada à produção deste bem, é igualmente admissível a mesma incapacidade de garantir a correcta *distribuição* dos seus efeitos por toda a sociedade civil. Ou seja, mesmo que eventualmente fosse possível identificar uma situação óptima de política pública nesta matéria, o problema residirá sempre no *modo* de a obter: os decisores dificilmente terão os incentivos para o fazer.

Finalmente, o argumento da produção deficitária de defesa por mecanismos privados assume, de forma incompatível com os argumentos anteriores, que os governos e as burocracias estatais apresentam vantagens na produção de bens públicos. Esta tentativa de encontrar uma solução através de um consenso generalizado em torno de uma acção colectiva que responda a necessidades individuais (dilema do prisioneiro) não corresponde a uma visão realista das instituições políticas.

Encontramos, desta forma, limites ao argumento económico. Particularmente se considerarmos – numa perspectiva oposta à que é mais frequente – que a sua produção gera também benefícios a quem a produz.

Argumento Político

Frequentemente traduzido no reconhecimento de que *sociedades livres não acontecem por acaso, mas por serem deliberadamente criadas e mantidas*, o argumento político pretende correlacionar o potencial militar com a paz e a segurança.

A consubstanciar este argumento encontram-se, normalmente, três pressupostos: o mundo está politicamente mais perigoso, a intervenção militar torna-o menos perigoso e este investimento gera prestígio internacional. No entanto estes pressupostos são incompatíveis com o facto da magnitude dos conflitos ter decrescido 60% nos últimos 20 anos e com a existência de novos riscos significativos, como o do terrorismo. Outra justificação para a PED resulta da associação entre ‘poderio militar’ e prestígio internacional. Apesar de ser possível classificar o primeiro, escasseiam, a este nível, os instrumentos suficientemente credíveis para avaliação do segundo.

Apesar de genericamente válidos, importa considerar uma das principais consequências da aplicação destes pressupostos: mesmo considerando a necessidade e a vantagem da coordenação internacional do esforço militar, o seu resultado – na medida em que afasta o indivíduo do *locus* de intervenção da política pública – gerará um maior distanciamento da sociedade civil.

Argumento Estratégico

A justificação de ordem estratégica para a PED assume que a coordenação internacional possibilita economias de escala e a partilha de informação e meios. Como consequência é esperada maior eficácia.

É o reconhecimento deste pressuposto que justifica a Política Comum de Segurança e Defesa no espaço Europeu e a partilha de informação e de meios para fazer face a cada vez mais significativas e diversificadas ameaças e riscos em termos de segurança.

No entanto, a resposta a estes novos desafios – tal como afirma o consenso entre os mais relevantes autores sobre segurança internacional – resulta da diminuição da distância do indivíduo às políticas de defesa e segurança. A diminuição desta oportunidade de ignorância racional que o distanciamento e a não internalização

sença nesta nova estrutura de força internacional, em que a adaptabilidade às diversas situações é mais valorizada que a própria quantidade.

Desta forma, pode-se com estes centros de excelência e com esta capacidade de inserção internacional, dar um grande contributo a países que tenham regiões com potenciais áreas de conflitualidade. Pode-se, assim, formar quadros de forças nesses países ou, por outro lado, dar formação nos nossos centros ao corpo e quadros desses mesmos países, para que fiquem melhor preparados para os problemas e circunstâncias que terão de enfrentar.

“Políticas Públicas de Segurança e Defesa: o papel do Estado e dos Cidadãos”

Dr. Filipe Teles

A vasta tradição dos estudos disciplinares em defesa e segurança e a pouca tradição de estudos de defesa e segurança numa perspectiva multidisciplinar são aspectos a serem destacados. É pertinente aproximar estas reflexões dos estudantes e da sociedade civil, porque ao considerar a hipótese de tornar as expressões de segurança e defesa próximas da sociedade civil, evidencia-se uma questão de políticas públicas. Tradicionalmente, há um distanciamento destas matérias em relação à sociedade, e é esse distanciamento que contribui para uma visão mais integradora e uma melhor compreensão deste mesmo desfasamento entre o que são os grandes temas de defesa e aquilo que são as preocupações quotidianas do cidadão.

O que se pretende é considerar os argumentos tradicionais que permitem a explicação do facto acima referido, quer isto dizer que existe a chamada produção estatal de defesa e os argumentos tradicionais, centrados nos argumentos económicos, os políticos e os estratégicos. Neste contexto, é necessário perceber estes argumentos e considerá-los na perspectiva do seu valor e limite, sem descurar os riscos e falácias que se encontram inerentes a cada um dos argumentos. Assim, será possível contribuir para a explicação do distanciamento existente entre o indivíduo e as políticas de defesa existentes.

A crise dos Balcãs é ainda outro acontecimento que revela extrema importância na questão da segurança. Os E.U.A. através da NATO decidem intervir nos Balcãs, atenuando assim o problema. Este acontecimento teve ainda repercussões para os europeus, pois expôs algumas insuficiências, que se desenvolveram em quatro momentos. O primeiro momento corresponde à participação do Conselho de Colónia, dando origem à absorção da UEO pela UE, findando assim um dos temas de conflito. O segundo momento incide sobre o Conselho de Helsínquia onde, pela primeira vez, se cria a ideia de Forças Armadas e onde se criam políticas susceptíveis de estruturar o exército europeu. O terceiro momento prende-se com o acordo de Berlim, que estabelece uma harmonia entre a UE e a NATO. Assim surge o último momento, que diz respeito ao Tratado de Lisboa, onde se cria o Ministério de Negócios Estrangeiros da UE e um correspondente serviço diplomático e alterações institucionais. Este tratado prima pela cooperação reforçada e a Agência Europeia de Defesa.

Este quadro abre desafios *a posteriori*. Primeiramente, existe margem para obtenção de lugares respeitáveis nas diversas estruturas que entretanto vão sendo criadas. Neste âmbito, Portugal tem explorado de uma forma razoável alguns aspectos, ocupando algumas posições significativas, em lugares operacionais das estruturas ligadas à segurança e defesa de destaque; ao nível da agência europeia de defesa, em que existe a possibilidade de encontrar nichos aptos para a nossa indústria nacional. Um terceiro desafio prende-se com a própria natureza dos conflitos. Isto porque actualmente os conflitos não exigem forças tão poderosas, mas o conflito é mais identitário, sendo estes conflitos muito parecidos com aqueles vividos nas guerras do ultramar, em que se pretende que se alie o vector militar com os vários vectores civis. Neste ponto, Portugal está particularmente apto, tendo experiência e quadros de referência, como é o caso do controlo da Bósnia-Herzegovina e estando em vários países, tendo uma boa reputação nestes campos, pois são conflitos adaptados às capacidades e soberania de Portugal.

Portugal pode tornar-se um dos centros de excelência em algumas dessas áreas, formando nichos de excelência, como é o caso da enorme qualidade do centro de operações de Lamego. De facto, este novo quadro de estratégia internacional e os novos compromissos estabelece possibilidades de afirmação, cooperação e pre-

dos seus efeitos geram, contribuirá significativamente para um papel mais activo – e desta forma mais eficaz – dos cidadãos.

Para além disto, a defesa nacional tem – também ela – um elevado potencial de free riding internacional, tal como tem sido o exemplo das intervenções militares das últimas décadas, realizadas à custa dos equilíbrios internos da NATO, a pender significativamente para o ‘contributo’ norte-americano. As acções de coordenação e combate às organizações terroristas têm, assim, sido caracterizadas como um Dilema do Prisioneiro, com todos os países a recorrerem à estratégia dominante de ‘sentar e esperar’.

Conclusão

Os indivíduos, seja qual for o argumento que afaste da sua *esfera de proximidade* física e da sua *esfera de controlo* económico a decisão sobre as políticas públicas de Defesa e Segurança, vêem aumentar necessariamente a sua *ignorância racional*. Esta escolha livre de ‘preferir ignorar’ – outra forma de descrever o conceito – ajuda a explicar o distanciamento dos cidadãos destes temas.

Partindo do pressuposto que a PED contribui necessariamente para este afastamento, dadas as razões anteriormente expostas, importa, ainda assim, considerar algumas das vantagens associadas a cada um dos argumentos discutidos: (1) a vantagem económica da PED residirá essencialmente nas economias de escala geradas; (2) a vantagem política resulta da garantia de protecção da liberdade individual, através de mecanismos associados à soberania do estado; (3) a vantagem estratégica prende-se, apenas, com a coordenação de meios e mecanismos de prevenção e intervenção.

Importa especialmente reconhecer que a PED não é capaz de dar resposta às novas ameaças em termos de segurança. Este tipo de ameaças tem realçado e reforçado a necessidade de um papel mais activo dos cidadãos nos mecanismos de segurança. No entanto, a discussão deste problema tem estado excessivamente centrada na procura de *soluções* e descurou – quase fatalmente – a *natureza* do problema. Só situações hipotéticas ou ideais poderiam justificar soluções exclusi-

vamente públicas e reconhecê-las como absolutamente eficientes na busca de uma produção e distribuição *ótima* de Segurança e Defesa.

O argumento principal que decorre da existência de bens públicos a que o estado dá resposta é, assim, totalmente irrelevante neste caso. Podemos enumerar centenas de exemplos de bens públicos que resultam da exclusiva produção *não-estatal*. Para além deste facto, há incontáveis vantagens em garantir a livre associação entre *actores não públicos* e *actores públicos* na provisão de Defesa e Segurança. Em primeiro lugar, a *Produção não Estatal de Defesa* é consistente com o papel que é esperado da sociedade civil no ‘combate’ às novas ameaças. Em segundo lugar, reconhece que o direito à defesa dos indivíduos, da sua vida e propriedade, é-lhes inalienável. Em terceiro lugar, facilita a aplicação e universalização das estratégias contemporâneas de defesa, possibilitando a sua *dispersão* por um maior número de agentes envolvidos nos mecanismos de segurança.

O desafio que se segue é o do papel activo dos cidadãos nas políticas públicas de Segurança e Defesa. Este só se garante com o reconhecimento dos limites dos argumentos tradicionais e com a inversão de alguma das estratégias tradicionais de produção destes bens e serviços. O passo a dar vem já espelhado num documento da Eurodefense Portugal: “Quem não cuida da sua segurança e defesa, quando julga que dela não precisa, arrisca-se a não possuir a capacidade de se defender quando em situação de crise imprevisível dela necessitar desesperadamente”.

Este desafio vence-se aproximando as políticas públicas de Defesa e Segurança dos indivíduos e não o contrário. Estas asseguram-se explorando a colaboração mais livre entre os dois *modos de produção*: o estatal e o não estatal.

O Dr. Filipe Teles pertence ao Centro de Estudos em Governação, Competitividade e Políticas Públicas Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas Universidade de Aveiro

filipe.teles@ua.pt

ambiental, sanitária ou energética, que teve implicações posteriores, como é exemplo, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, e o abastecimento de gás na Europa, que colocou em causa o problema da segurança energética. Deste modo, o conceito de segurança é indubitavelmente aproximado ao seu carácter multidimensional. De facto, relativamente a este termo, ainda há muito para se dizer, já que uns consideram a segurança como um complemento da defesa, ao passo que outros consideram a segurança como um envolvimento da defesa.

Este quadro conceptual mostra que esta problemática tem um custo-benefício no processo de criação da UE, muito devido ao Tratado de Roma que, por causa da existência da NATO, impedia as comunidades de discutir os problemas de defesa, mas também devido a outras razões, que inclusive ainda subsistem actualmente. A própria existência da NATO resulta como um factor de extrema importância a ser considerada. Outra razão surge aliada à própria relação entre a NATO e a Europa, em que a NATO era fortemente identificada por uma política americana e havia um nacionalismo de direita que se opunha à NATO, para não ser subordinada aos Estados Unidos. Uma outra razão é a UEO, que tinha perseguido a NATO e era o fórum específico criado a nível europeu, que tratava as questões da defesa. Acrescem ainda questões de geografia, em que a geografia da UEO era diferente da geografia da NATO, bem como as questões políticas, em que alguns países tinham políticas neutralistas em relação à segurança, como são o caso da Áustria e da Suécia.

Há também quem defenda que muitas das razões supracitadas ainda subsistem, assumindo que estão inteiramente ligadas à própria soberania dos Estados. Porém, não se pode descurar que a resolução de conflitos implícitos as estas questões têm evoluído, fortemente ligados a dois grandes eventos, nomeadamente, a queda do muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. Tais eventos colocam em questão a subsistência da NATO, surgindo o tratado de Maastricht como uma reacção ao fim da Guerra Fria, onde se debate abertamente a Política Externa de Defesa Comum (PESC). Consequentemente, a NATO ficou responsável pelas questões mais peculiares da defesa, ficando a UE responsável por questões relacionadas com a gestão das crises e situações humanitárias.

algumas distinções no que concerne às várias dimensões que lhes estão subjacentes.

Acresce que do ponto de vista epistemológico, segurança é um estado ou condição, que pode ser interpretada à luz de duas dimensões, nomeadamente uma dimensão objectiva e outra subjectiva. A existência destas duas dimensões faz com que este conceito seja facilmente manipulável. Esta característica multidimensional está associada ao facto de ser possível estar-se seguro em termos militares, mas simultaneamente inseguro no âmbito económico.

Isto consubstancia, que a segurança tem de ser abordada de uma forma sistémica, ou seja, implica uma abordagem nas suas múltiplas facetas. Uma outra característica a considerar é o facto de se olhar para este conceito de uma perspectiva abrangente, pois no mundo actual não se pode olhar para a dimensão da segurança de forma individual e isolada das pequenas comunidades, a nível nacional, regional e mundial. Pelo contrário, todos estes níveis devem ser interligados, na medida em que se podem influenciar e afectar mutuamente.

Por seu turno, segurança e defesa são dois conceitos que andam de mão dada, visto que a execução da defesa permite obter elevados níveis de segurança. Com base nestes pressupostos infere-se que a segurança é indissociável da defesa, na medida em que a segurança tem de estar sempre presente na defesa, quer durante a acção, quer depois como produto dessa acção. Porém, na prática, não é isto que acontece. Considerando um breve enquadramento assente nos Ministérios da Guerra que existiam antigamente, passando para os povos a favor da paz, é facilmente determinado que esses Ministérios da Guerra deram lugar aos Ministérios de Defesa, actualmente ligados à parte militar, isto é, verdadeiros Ministérios das Forças Armadas.

A segurança serviu como complemento à defesa, visto ir cobrir as multidimensões que não eram abrangidas pela defesa militar, como é o caso das forças de segurança, estritamente ligadas à polícia. Esta noção de segurança, ligada à coacção por parte das forças colectivas não-militares subsistiu até há relativamente pouco tempo. De tal forma que, em 2003, surgiu o chamado documento *Solana*, sendo este considerado um documento de suma importância de reflexão na estratégia de segurança e defesa na Europa. Contudo, ignorava temas como o da segurança

A Percepção dos Estudantes da Universidade de Aveiro sobre a Política de Defesa

Notas da alocução proferida pelo Dr.ª Cristina Ignat no Painel “O novo quadro estratégico Europeu”

O principal objectivo deste estudo consiste em aferir a percepção dos estudantes da Universidade de Aveiro acerca da política de defesa, no contexto da transnacionalização da segurança resultante das ameaças terroristas, a confiança que se deposita nalgumas organizações implicadas na defesa, bem como a percepção sobre os recursos que os Estados Membros da União Europeia gastam em termos de defesa.

Apesar de incluir apenas uma pequena amostra da população, não se pode negar a importância social da realização e divulgação deste tipo de estudos. Não só contribui para a promoção de uma cidadania activa, como também incentiva a educação não formal, despertando possivelmente o interesse pela política de defesa da população, em especial dos estudantes da Universidade de Aveiro.

A presente comunicação está dividida em três partes. Em primeiro lugar será explicada a metodologia e apresentado o inquérito que serviu de base para este estudo. Na segunda parte serão revelados os resultados do inquérito, para que de seguida possam ser apresentadas as principais conclusões deste estudo.

Metodologia

Para a realização desta investigação empregou-se como instrumento o inquérito, que foi aplicado online, sendo a população alvo constituída pelos estudantes da Universidade de Aveiro. O inquérito esteve online na plataforma disponibilizada pelos Serviços de Tecnologia, Informação e Comunicação da Universidade de Aveiro, durante o período compreendido entre 07 e 20 de Outubro de 2010.

Esta metodologia, não obstante suas vantagens, em termos de custos mais baixos, maior facilidade em recolha e tratamento dos dados, apresenta também algumas desvantagens. A hipótese de poder haver pouca adesão dos estudantes, e o risco do inquérito não atingir toda a população - alvo representam as maiores desvantagens desta metodologia.

No que diz respeito à apresentação do inquérito (Figura 1), a página de início continha uma breve apresentação do mesmo, informava que todas as respostas seriam consideradas confidenciais e apelava à participação de todos.



Fig. 1 - Página de início do inquérito online

O inquérito aplicado aos alunos foi muito breve, constituído por duas partes. A primeira parte tinha como objectivo a identificação de dados sócio-demográficos dos inquiridos (Figura 2), sendo a segunda parte constituída pelas questões específicas sobre a política de defesa (Figura 3 e 4).

Fig. 2. Interface do inquérito online (1)

como as capacidades geradas pela própria economia, particularmente nas indústrias de defesa, alicerçadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias. É neste contexto que urge a necessidade de reflectir acerca do papel das Universidades, cujo papel se destaca como elemento fundamental no que respeita à componente tecnológica e de inovação – como é o caso da Universidade de Aveiro. As Universidades são factores importantes, pois têm a capacidade de combinar o mundo social e o mundo da ciência, sustentadas por processos de inovação tecnológica. Desta forma, voltando à questão central da conferência, é possível adaptar todo o esforço associado à integração de diferentes realidades a finalidades civis e militares. Consequentemente, o grande objectivo deste grupo de estudos centra-se no trabalho com a juventude, tendo sido, nos últimos quatro anos, lançado o desafio de desenvolver o processo de reflexão e de debate com as Universidades, com maior destaque às que estão ligadas à problemática das políticas públicas e ciências sociais.

No fundo, a segurança e defesa está fortemente associada ao homem e à sua vivência em sociedade, com aquilo que são os valores e os interesses que têm de ser defendidos e, portanto, é fundamental proporcionar o debate desta problemática junto dos jovens, dos quais se espera uma atitude pró-activa e elementar. O papel das Universidades não pode ser dissociado da participação dos jovens, uma vez que o processo de Bolonha procura oferecer-lhes oportunidades que ultrapassem os conceitos tradicionais de aprendizagem, onde é proporcionada a capacidade de desenvolverem pensamento crítico. Desta forma, está ao seu alcance (no limite) a capacidade de transformar situações, resultado de um processo de aprendizagem eficaz, onde se cultiva a flexibilidade – aspectos cruciais e expectáveis no mundo globalizado.

“A evolução da Estratégia Europeia de Segurança - opções para Portugal”

General Abel Cabral Couto

Ao esclarecer os significados dos conceitos que iria abordar ao longo da sua intervenção, nomeadamente os conceitos de defesa e segurança, o general explora

gal, tendo em consideração a implementação do Tratado de Lisboa, designadamente no que se refere à Política Externa e à Política Comum de Segurança e Defesa e os novos riscos e ameaças identificados em 2008 no relatório de avaliações e implementação da estratégia europeia de segurança.

O Tratado de Lisboa constitui indiscutivelmente um momento fundamental na história da construção europeia, com a sua entrada em vigor a 1 de Dezembro de 2009. A Europa sofreu alterações, visto que o seu número de Estados Membros quadruplicou desde 1957 e, para fazer face ao desafio inerente ao desenvolvimento de instrumentos para responder à globalização, é preponderante considerar a necessidade de criar novas regras, sem esquecer ainda o projecto complexo de a Europa se aproximar dos cidadãos. No fundo, há mudanças ao nível das pessoas, das políticas e das instituições e, com o Tratado de Lisboa, a UE passou a dispor de um conjunto de instrumentos institucionais para melhor responder aos desafios que enfrenta, nomeadamente no que concerne a mudanças institucionais, bem como no plano internacional, no qual é crucial o desenvolvimento de mecanismos de acção externa, de forma a dar resposta aos desafios da globalização, como anteriormente foi referido.

O Tratado de Lisboa confere os instrumentos necessários para a prossecução da solidariedade, da segurança e justiça, tendo em conta que o cidadão é sempre o elemento principal em benefício do qual se devem tomar as decisões. Concomitantemente, associando o papel mais democrático e transparente proporcionado à Europa através do Tratado, que permite mais oportunidades para os cidadãos, é crucial atribuir importância ao papel desempenhado pela sociedade civil que, por sua vez, se revela um elemento do processo de construção democrática.

Neste sentido, o Centro de Estudos EuroDefense Portugal é uma estrutura da sociedade civil que faz parte de uma rede europeia que foi criada há pouco mais de 12 anos, cuja principal finalidade se prende com a capacidade de promover o estudo e reflexão sobre as questões colocadas relativamente à segurança e defesa da Europa e simultaneamente desenvolver um processo de informação através da promoção de debate e articulação com a sociedade.

Tendo em conta o conjunto de desafios que a UE tem de enfrentar, é necessário objectivar as capacidades europeias, isto é, perceber as capacidades reais, assim

A percepção dos estudantes da UA sobre a Política de Defesa

0% 100%

Seguem-se algumas afirmações sobre a política de defesa

1. Os acontecimentos de 11 de Setembro em Nova Iorque e Washington e o 11 de Março em Madrid marcaram de forma trágica o fenómeno da transnacionalização da segurança. Escolha uma das seguintes respostas

Concordo totalmente
 Concordo
 Não concorda nem discorda
 Discordo
 Discordo totalmente
 Sem resposta

2. A NATO desempenha um papel relevante na política de segurança e defesa. Escolha uma das seguintes respostas

Concordo totalmente
 Concordo
 Não concorda nem discorda
 Discordo
 Discordo totalmente
 Sem resposta

Fig. 3 - Interface do inquérito online (2)

3. Acha que o Tratado de Lisboa aborda a política de externa e política comum de segurança e defesa? Escolha uma das seguintes respostas

Sim
 Não
 Não Sabe
 Sem resposta

4. Quería agora fazer-lhe uma pergunta sobre a confiança que tem em certas instituições no combate ao terrorismo. Utilizando a escala em baixo indicada, pode por favor dizer-me qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma das seguintes instituições?

	Nenhuma Confiança	Pouca Confiança	Muita Confiança	Confiança Absoluta	Sem resposta
1 O GOVERNO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
2 A UNIÃO EUROPEIA	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
3 A NATO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
4 AS FORÇAS ARMADAS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>

5. Em média, cada País Membro da UE gasta com a defesa, em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB): Escolha uma das seguintes respostas

Menos de 1%
 Entre 1 e 2%
 Mais de 3%
 Sem resposta

Fig. 4 - Interface do inquérito online (3)

Apresentação dos resultados

Caracterização dos estudantes

No total foram conseguidos 91 inquéritos, sendo validados apenas 82. A exclusão dos restantes 9 deve-se ao facto de os estudantes terem respondido apenas à primeira parte do inquérito.

Como se pode observar no Gráfico 1, do número total de estudantes que responderam ao inquérito, 45 (54,90%) são do sexo feminino e 37 (45,10%) são do sexo masculino. Gráfico 1 – Sexo dos inquiridos

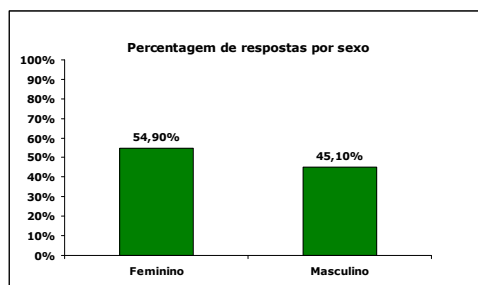


Gráfico 1 – Sexo dos inquiridos

Em relação à idade, os estudantes do nosso estudo posicionam-se entre os 18 e os 58 anos, sendo que a adesão ao inquérito foi maior junto dos jovens que se situam na faixa etária que vai dos 18 aos 29 anos, com percentagens de 74 % (Ver Gráfico 2).

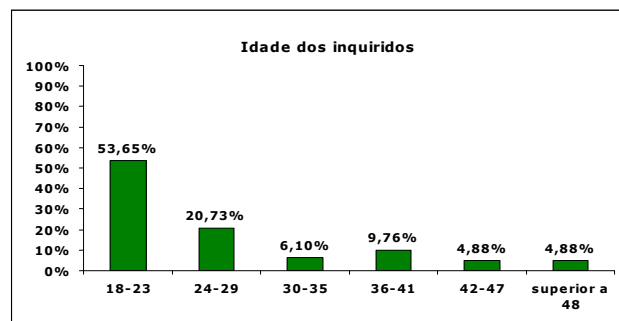


Gráfico 2 – Idade dos inquiridos

Síntese da Conferência

Relatório de Síntese elaborado por Monique Borges, Sílvia Figueiras e Tiago Almeida, SACSJP, Universidade de Aveiro, Março de 2011.

Introdução

Sensivelmente um ano após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e à luz dos novos e significativos desenvolvimentos nas relações transatlânticas e no ambiente estratégico de segurança internacional, a Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro (UA) e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal, com o apoio do Instituto da Defesa Nacional (IDN) e da Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania (DECIDE), organizaram uma Conferência seguida de debate subordinado ao tema “O Estado e o novo quadro da Segurança e Defesa Europeia: desafios e opções para Portugal”.

A conferência teve o privilégio de contar com a presença das seguintes personalidades: o General Abel Cabral Couto do EuroDefense-Portugal, o Doutor Filipe Teles da UA, a Dra. Cristina Ignat da UA e a Dra. Ana Isabel Xavier da DECIDE.

Com o objectivo de clarificar a importância da conferência realizada, em primeiro lugar serão abordadas algumas questões associadas aos instrumentos que influenciam a afirmação da União Europeia, como é o caso do Tratado de Lisboa, e de seguida serão apresentadas algumas premissas que fundamentam a participação de estruturas da sociedade civil como é o caso do Centro de Estudos EuroDefense, apoiado pela infra-estrutura provida pelas Universidades.

Nesta conferência ambicionou-se reflectir e debater o novo quadro de segurança e defesa europeia, considerando o papel que a União Europeia (UE) pretende consolidar enquanto actor interveniente na prossecução da paz e da segurança internacionais. Neste sentido, não se pode negligenciar a reflexão em torno da necessidade de formar os instrumentos considerados indispensáveis à prossecução dos objectivos estratégicos comuns para enfrentar os desafios globais. Portanto, tornou-se necessário perceber quais são as suas ligações com os interesses de Portu-

res. Esse é o desígnio último do “serviço cívico” que não tem estado na ordem do dia, mas que recorda como a cidadania, sem ser imposta, tem que ser vivida. Essa é a razão de ser da existência de plataformas como a DECIDE onde pessoas com uma consciência cívica de segurança e defesa partilham reflexões, questionam, procuram respostas, mas sobretudo agem. Essa é a razão pela qual a DECIDE procura parcerias, sinergias para a acção: ver as suas e os seus associados a fazerem algo por si, pelo país, pelo mundo, sem que a cidadania lhe seja pedida ou imposta.

Há uma frase de Helen Keller que, para lá das suas limitações, afirmou sabiamente: "Sou apenas uma, mas pelo menos sou uma. Não posso fazer tudo mas posso fazer algo; E não é porque não posso fazer tudo que vou recusar-me a fazer aquilo que posso fazer". Esta é uma frase que me tem inspirado na presidência da DECIDE e na reflexão sobre as questões de segurança e defesa também no meu Doutoramento, lembrando-me todos os dias que os jovens não podem ser o futuro, mas sim o presente, porque o presente vive-se aqui e agora. Do mesmo modo, as questões de segurança e defesa, pelo seu imediatismo e carácter global, têm que concorrer para uma consciência colectiva de pertença e, sobretudo, de decisões. E essas decisões DECIDEm-se aqui e agora, sempre! Muito Obrigada. Boa Tarde.

A Prof. Doutora Ana Isabel Xavier membro do Grupo de Trabalho dos Jovens do EuroDefense- Portugal, Presidente da Direcção da “DECIDE - Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania” e à data doutoranda da Universidade de Coimbra.

<http://www.decideportugal.org/>

A maioria dos inquiridos frequentam o mestrado (56%), encontrando-se os restantes a frequentar a licenciatura (42,70%) e 1 dos estudantes encontra-se a frequentar um curso de especialização (Ver Gráfico 3).

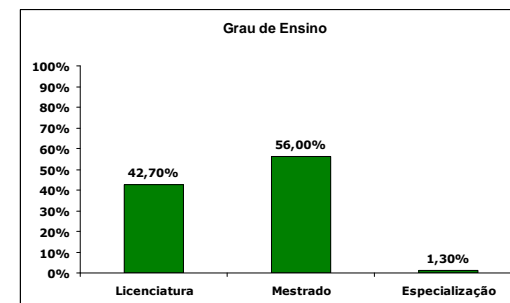


Gráfico 3 – Grau de ensino

No que diz respeito à área de estudo que os inquiridos frequentam, a grande maioria encontram-se na área das Ciências Sociais (85%), e os restantes estão inscritos nas áreas de Engenharia (7,32%), Humanidades (3,66%) e Ciências Naturais (3,66%) (Ver Gráfico 4).

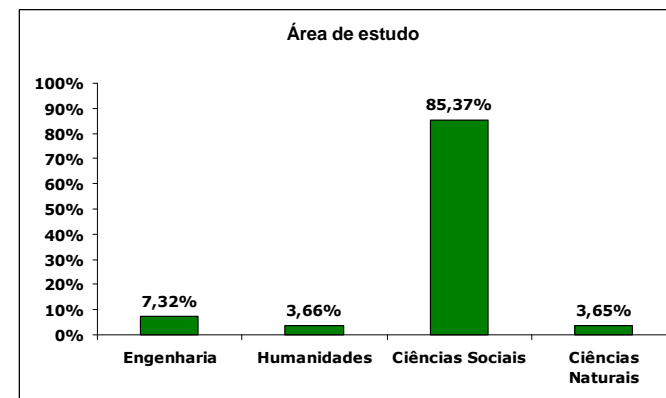


Gráfico 4 – Área de estudo

No Gráfico 5 está contemplada a percepção dos estudantes da Universidade de Aveiro relativamente ao terrorismo (1ª Questão do Inquérito). Assim, quase 92% dos inquiridos consideram que os ataques terroristas de 11 de Setembro nos EUA e 11 de Março em Madrid tiveram um grande impacto na transnacionalização da

segurança, sendo que 42,70% concordam totalmente e 48,80% concordam com a afirmação. Os restantes 3,66% dos inquiridos discordam.

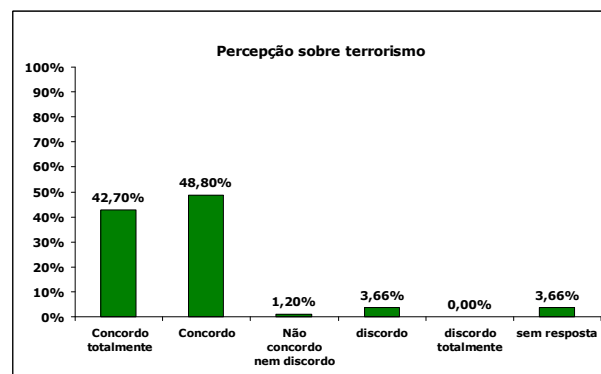


Gráfico 5 – Percepção sobre o terrorismo

No que diz respeito à segunda afirmação do inquérito, nomeadamente se “A NATO desempenha um papel relevante na política de segurança e defesa”, cerca de 77% dos inquiridos atribuem um papel relevante à NATO, e cerca de 10% dos inquiridos discordam desse papel relevante da NATO (Ver Gráfico 6).

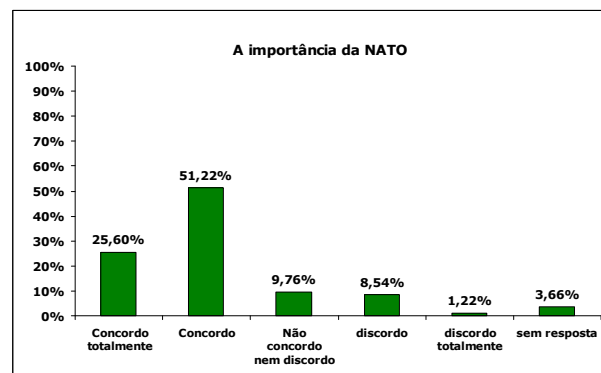


Gráfico 6 – A importância da NATO

Quando confrontados com a questão: “Acha que o Tratado de Lisboa aborda a política externa e política comum de segurança e defesa?”, apenas 39% dos estudantes afirmaram terem conhecimento desse facto. Uma percentagem de 40,24%

idade profissional garantida, mais do que por vocação ou desejo de serviço à pátria. É certo que temos o Dia de Defesa Nacional, uma abordagem oficial à sensibilização dos jovens em assuntos da esfera da segurança e defesa, que este ano recebeu pela primeira vez as mulheres, numa lógica de inclusão e igualdade, mas por si só, ineficaz para uma abordagem às questões de segurança e defesa que aproximem os jovens de uma discussão mais informada.

Há um sinal que vem da Europa e que é o “Erasmus militar”, um programa de intercâmbio que visa a troca de experiência militar com vista a uma melhor compreensão das diferentes abordagens de formação existentes e permuta de valores culturais e de Estado. O Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança – Garantir a Segurança num Mundo em Mudança – já referia este novo programa, mas que se orienta para militares, não para civis.

Pensando sobretudo nos civis, o Tratado de Lisboa vem, através do seu Art. 214, n.º5, criar um Corpo Europeu de Voluntários para a Ajuda Humanitária, enquadrando os contributos comuns dos jovens europeus para as acções de ajuda humanitária da União. Nunca é demais recordar que, a par do programa ERASMUS, o Serviço Voluntário Europeu (SVE) é um programa europeu de voluntariado inserido no Programa Juventude em Acção 2007 - 2013, dirigido aos jovens entre os 18 e os 30 anos, com mais sucesso junto dos jovens europeus e que mais contribui para o fortalecimento de uma identidade europeia através de aprendizagens não formais. 2011 será aliás o Ano Europeu do Voluntariado, como forma de celebração e reconhecimento do papel dos voluntários na sociedade actual. Neste ponto, permitam-me voltar a ligar com o tema da nossa conferência e do painel e voltar a falar de segurança, de segurança humana, para referir a importância destas medidas numa lógica de *empowerment*, de autonomia e capacitação, neste caso dos jovens, para a construção e reforço das suas próprias condições de desenvolvimento, libertando-se de todas as amarras que são um obstáculo à sua segurança e bem-estar.

Ora, se facilmente defendemos que a Europa não responde às expectativas dos jovens europeus, podemos tentar reflectir se não são os Jovens Europeus que devem também eles estar mais preparados para se (in)formarem e se envolverem na construção do seu próprio futuro, dos seus direitos e sobretudo dos seus deve-

entre 18 e 23 anos sente-se europeu, mas pouco ou nada sabe sobre a dimensão política da UE e votar hoje é algo sem sentido. De facto, os jovens parecem partilhar uma identidade europeia, porque viajam, estudam e trabalham sem fronteiras, mas não se vêem integrados na Europa política, nem dos partidos. Será porque, segundo dados do EUROSTAT, o desemprego atinge 14% dos jovens europeus, 70% com empregos temporários ou precários ou a recibos verdes e muitos deles licenciados? Sabemos como a situação se tende a agravar com a actual crise política. Como é que essa situação se vai reflectir na causa europeia?

Julgo que todos concordam quando afirmamos que, os jovens, enquanto agentes de mudança de paradigma e de consciencialização para o mundo que os rodeia e para a política de segurança e defesa, devem ser sensibilizados e envolvidos na construção de uma identidade europeia de segurança e defesa comum. Jovens bem formados e motivados para uma cidadania e identidade europeia comum, podem no futuro vir as esbater as barreiras socioculturais e económicas que muitas vezes estão na origem de conflitos à escala regional, na Europa. São assim um veículo de prevenção de conflitos presente - junto da comunidade (família, amigos,...) e futuro, quando forem decisores activos, reforçando a cidadania entre os jovens e fortalecendo a identidade europeia com uma quebra das barreiras sócio culturais e partilha de um ideal de Europa comum.

Neste sentido, a política europeia de juventude tem vindo a cimentar a ideia do método aberto de coordenação para transversalmente a juventude ser agente activa de todas as matérias que influenciam as suas vidas e que emanam de Bruxelas. No entanto, a nível da política de segurança e defesa, os jovens têm estado afastados deste processo. Continua a ser uma área dominada pelo meio militar e com pouca abertura para a sociedade civil. E neste domínio em particular, a desconstrução dos conceitos de segurança e defesa, sobretudo a partir do “topo”, afiguram-se imperativos para a “base”. Ligando com uma expressão que vulgarmente associamos às novas questões de segurança, esta não seria uma questão *top down* nem *bottom up* mas sim *cross cutting*.

Para além disso, o fim do serviço militar obrigatório entra também em contraciclo, pelo menos em Portugal, afastando estes temas da esfera da prioridade dos jovens, que se alistam nas forças de segurança sobretudo em busca de uma estabi-

declara desconhecer e 17% julgam que o Tratado de Lisboa não aborda a política de defesa (Ver Gráfico 7).

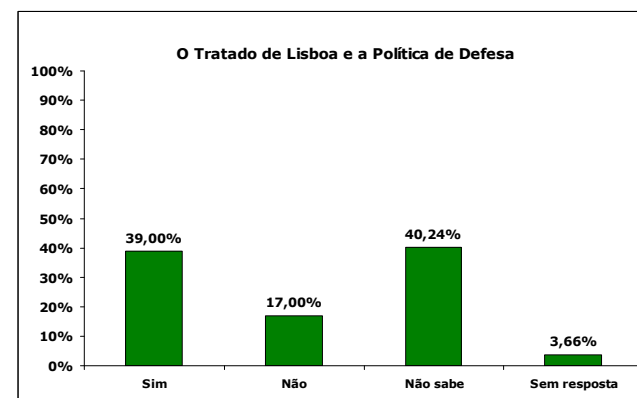


Gráfico 7 – O Tratado de Lisboa e a política de defesa

Ao observarmos o gráfico 8 verificamos que, no que concerne à confiança nas organizações de combate ao terrorismo, são poucos os inquiridos que depositam confiança no Governo no combate ao terrorismo (28%). A grande maioria dos inquiridos, cerca de 70%, depositam pouca ou nenhuma confiança (Ver Gráfico 8).

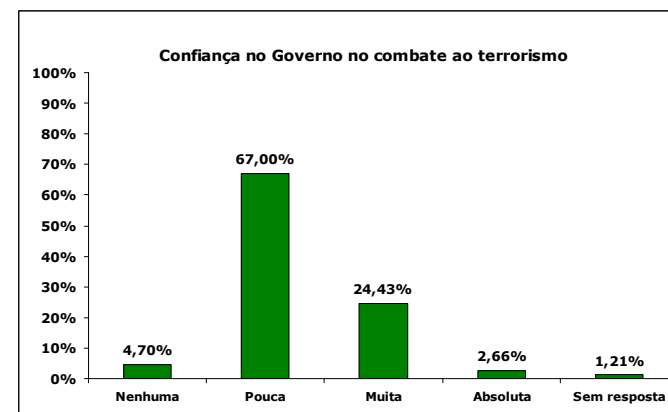


Gráfico 8 – Confiança no Governo no combate ao terrorismo

Relativamente à confiança na União Europeia no combate ao terrorismo, mais de metade dos inquiridos confiam na sua actuação, sendo que 50% têm muita confiança e 7% confiam absolutamente. Por outro lado, 37% dos inquiridos têm pouca ou nenhuma confiança (Ver Gráfico 9).

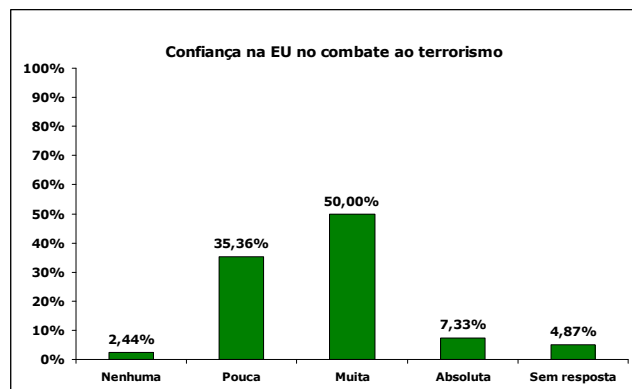


Gráfico 9 – Confiança na UE no combate ao terrorismo

No que toca à confiança na NATO no combate ao terrorismo, de acordo com o Gráfico 10 podemos observar que há um elevado índice de confiança, sendo que 55% dos inquiridos depositam muita confiança e 15% creditam absoluta confiança.

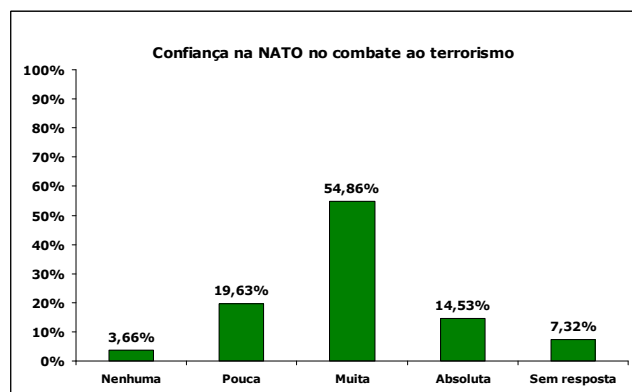


Gráfico 10 – Confiança na NATO no combate ao terrorismo

mundo que os rodeia. Que ferramentas políticas, associativas, académicas estão ao dispor da sociedade e dos jovens em particular para essa reflexão e acção?

Pelas intervenções dos brilhantes oradores que me antecederam e que cumprimento também, sabemos como as noções tradicionais de segurança e defesa se têm vindo a alterar, quer na literatura académica, quer na *praxis* dos Estados, a partir das abordagens mais centradas no Estado até à Segurança Humana. A percepção das questões de segurança e defesa por parte da sociedade em geral e dos jovens em particular tem-se também alterado e a nossa pertença à União Europeia tem vindo a reforçar os debates sobre a identidade de segurança e defesa que une todos os Europeus.

Neste sentido, a União tem-se multiplicado em acções de sensibilização para os assuntos de segurança e defesa da sociedade em geral e dos jovens em particular, incutindo um conceito arreigado de unidade e identidade europeia. Nunca como nos últimos anos, se investiu tanto em planos de comunicação sobre a Europa e na aproximação dos cidadãos às Instituições através dos clubes europeus, o Centro de Informação Europeia Jacques Delors, a rede de conferencistas da Team Europa ou os Centros Europe Direct e de documentação espalhados pelo país.

De facto, nas Eleições Europeias de 2004, 77% dos jovens europeus entre os 18 e os 24 anos abstiveram-se. Não admira, por isso, que durante os cinco anos que mediaram as eleições de 2004 e o dia 7 de Junho de 2009, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, através dos seus Planos de Comunicação, se multiplicassem em iniciativas para, não só levarem os jovens às urnas, como “seduzi-los” para a causa Europeia.

Para responder a esse desiderato, tentou falar-se a linguagem dos jovens e entrou-se em força nas redes sociais. Até Luís Figo foi convidado para pedir aos jovens que se mobilizassem. Irónica a escolha da personalidade, se pensarmos que só 4% dos jovens europeus participa em partidos políticos ou associações, e destes quase metade em clubes desportivos.

Para acalantar o debate, um artigo do Jornal “Público” de 7 de Junho de 2009, data das eleições europeias, tinha como título “Geração nascida após a adesão à UE gosta da Europa, não da política”. O argumento era simples: quem tem hoje

zada a constituição legal da DECIDE, assim como a eleição dos actuais corpos sociais.

Ora, se me permitem a imodéstia, convidando-me para falar dos jovens e do seu papel da segurança e defesa, não posso mesmo deixar de falar da DECIDE, que é efectivamente a única associação jovem do país que, independente de qualquer estrutura superior, se dedica ao estudo e reflexão destas temáticas, de forma consistente e interdisciplinar, sempre trabalhando em rede com os seus parceiros nacionais e internacionais. De facto, desde a sua concepção que a DECIDE tem vindo a desenvolver a sua acção destinada não só aos seus associados mas à sociedade em geral e tem vindo a consolidar a sua actividade de investigação e de formação, tendo já liderado um projecto-piloto de formação em educação para a cidadania numa escola em Coimbra, em dois anos lectivos consecutivos, do qual resultou um mural de Direitos de Cidadania exposto em permanência numa das fachadas exteriores.

Para além disso, promovemos com regularidade cursos de formação policial e militar de um fim-de-semana através dos quais os nossos associados têm possibilidade de vivenciar, como verdadeiros recrutas, o armamento, a investigação criminal ou o policiamento, sempre na dupla perspectiva de conhecimento da força de segurança e de reforço de competências de liderança e construção do grupo. A nível internacional, dialogamos frequentemente com as nossas congéneres europeias e somos a única associação portuguesa que pertence à rede de Klingenthal, uma rede que tem como base uma Carta de princípios na qual estão especificadas as finalidades e o manifesto para a “Promoção da Consciência Europeia de Segurança e Defesa”. Para não me alongar, podem conhecer todas as nossas actividades e projectos no nosso site - www.decideportugal.org - nas redes sociais e no youtube.

Fazendo mais directamente a ponte para a nossa conferência de hoje e para o painel no qual me incluo – “O novo quadro estratégico Europeu” - a reflexão que proponho é então a de pensarmos como podemos hoje perspectivar as questões de segurança e a defesa num quadro nacional e internacional, enquadrando os jovens na vivência de uma cidadania activa, com uma voz consciente e interventiva no

Relativamente à confiança nas Forças Armadas no combate ao terrorismo, há um certo equilíbrio entre os que confiam pouco ou nada e os que confiam muito ou absolutamente (Ver Gráfico 11).

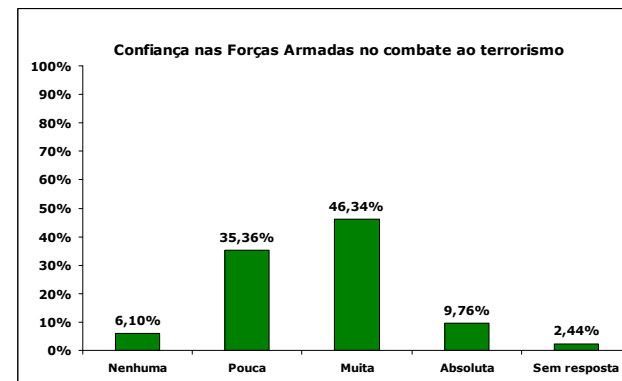


Gráfico 11 – Confiança nas Forças Armadas no Combate ao Terrorismo

Por fim, no que diz respeito à última questão do inquérito, nomeadamente a percepção sobre os recursos empregues com a defesa na União Europeia, apenas 39% dos inquiridos têm a real percepção do investimento na defesa (Ver gráfico 12).

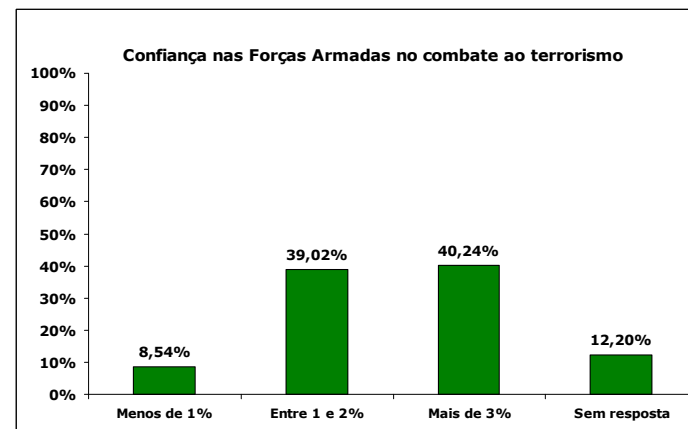


Gráfico 12 – Recursos gastos com a defesa

Principais conclusões

Com a realização deste estudo salienta-se em primeiro lugar, a fraca sensibilização dos estudantes da Universidade de Aveiro para a temática da defesa, dada a baixa taxa de resposta.

Se olharmos para as respostas dos estudantes relativamente ao grau de confiança nas organizações de combate ao terrorismo podemos inferir que a NATO ocupa o primeiro lugar, seguido da União Europeia, Forças Armadas, e em último o Governo.

Ao termos em conta a resposta dos estudantes quando confrontados com a questão se o Tratado de Lisboa aborda a política externa e política comum de segurança e política comum de segurança e defesa, observamos que cerca de 70% dos inquiridos não têm conhecimento acerca desta realidade. Uma semelhante situação acontece no caso da questão dos recursos empregues na defesa na União Europeia, onde apenas 39% dos inquiridos responderam correctamente.

O fraco conhecimento dos estudantes em geral, e em específico os da Universidade de Aveiro, reflecte que há necessidade de maior divulgação e informação sobre este tipo de assuntos junto dos estudantes e, muito provavelmente, também junto da população em geral.

A Dr.ª Cristina Ignat, Mestranda da Universidade de Aveiro

“A Participação de Portugal na Política Comum de Segurança e Defesa da UE. Que papel para os jovens?”

Notas da alocução proferida pela Prof.ª Doutora Ana Isabel Xavier no Painel “O novo quadro estratégico Europeu”

Muito Boa Tarde, minhas senhoras e meus senhores. Antes de mais, permitam que congratule a Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro e o Centro de Estudos EuroDefense-Portugal pela organização desta conferência sugestivamente intitulada “O Estado e o novo quadro de Segurança e Defesa Europeia – desafios e opções para Portugal”, com o apoio do Instituto de Defesa Nacional e da DECIDE – Associação de Jovens Auditores para a Defesa, Segurança e Cidadania, a qual presido.

Porque julgo que nem todas e todos conhecerão a DECIDE, permitam também uma nota introdutória para uma breve apresentação da nossa associação, cujo nascimento se encontra intimamente ligado à iniciativa do IDN e do então seu director, o Tenente-General Eduardo Garcia Leandro, de envolver a juventude na discussão dos temas de defesa e segurança. Por isso, em 2003, criou os cursos de defesa para jovens (CDJ), convicto que “não é possível projectar a afirmação de Portugal no futuro das nações sem o envolvimento das camadas mais jovens”.

Assim, no final de Setembro de 2003 iniciou-se o I CDJ, com a participação de cerca de 40 jovens, provenientes de todo o Continente e Ilhas, assim como das mais variadas profissões e áreas de estudo, com o objectivo comum do contacto com os temas da Defesa Nacional e sua discussão. Em 2010, realizou-se já a XI edição, reflexo de várias edições anuais desde 2003. Em virtude da duração limitada dos cursos, os participantes decidiram constituir uma associação juvenil destinada à discussão dos aspectos de Defesa, Segurança e Cidadania, como forma de continuar a experiência vivida e dar um contributo ao país nesta área. Finalmente, em Maio de 2005, teve lugar a Assembleia-geral Constituinte, na qual foi formali-